



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

**SÃO LUÍS - MA
MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

**SÃO LUÍS - MA
MARÇO/2013**

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS	11
1.1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	11
1.2 Finalidade e Competências Institucionais	11
1.3 Organograma Funcional.....	14
1.4 Macroprocessos Finalísticos.....	17
1.5 Macroprocessos de Apoio	24
1.6 Principais Parceiros.....	24
2. INTRODUÇÃO.....	26
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	28
3.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	28
3.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	29
3.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	32
3.4 Indicadores	38
4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	41
4.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	41
4.2 Sistema de Correição	43
4.2.1 Estrutura Física, Financeira e de Pessoal da CR.....	42
4.2.2 Ação 8703 Atividade Correicional.....	43
4.2.3 Gestão Processual.....	43
4.2.4 Inspeção	43
4.2.5 Metas 2013.....	43
4.2.6. Considerações Finais	44
4.3 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	45
5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	45
5.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ	46
5.1.1 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Resp. da UJ.....	46
5.1.2 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Resp. da UJ.....	52
5.1.3 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	66
5.1.4 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	67
5.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	75
5.2.1 Identificação da Unidade Orçamentária da UJ	75
5.2.2 Programação de Despesas	75
5.2.2.1 Programação de Despesas Correntes	75
5.2.2.2 Programação de Despesas de Capital.....	76
5.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	76
5.2.3 Execução Orçamentária da Despesa	77
5.2.3.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários	77
5.2.3.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	78
5.2.3.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	78
5.2.3.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos Pela UJ por Movimentação.....	78
5.2.3.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação-Créditos de Movimentação....	77
5.2.3.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa-Créditos de Movimentação	781
5.2.3.2.3 Análise Crítica	80
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	82

6.1 Reconhecimento de Passivos.....	82
6.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	82
6.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	82
6.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	82
6.2.2 Análise Crítica.....	81
6.3 Transferências de Recursos:	83
6.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício:	83
6.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios:.....	83
6.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes:	83
6.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse:	832
6.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse:	83
6.4 Suprimento de Fundos	82
6.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	83
6.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral.	84
6.4.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	84
6.4.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ.	83
6.4.1.4 Análise Crítica.	84
6.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ.....	84
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	85
7.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	85
7.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	85
7.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	85
7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.	86
7.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	87
7.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.	88
7.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	88
7.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.	90
7.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.	90
7.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.	90
7.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.	90
7.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.	91
7.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.	91
7.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	91
7.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.	92
7.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos.....	92
7.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	92
7.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	94
7.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão. ...	94
7.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público.....	95

7.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.	95
7.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.	96
7.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.	96
7.2.6 Composição do Quadro de Estagiários.	97
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.	98
8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.	98
8.1.1 - Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada.	99
8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.	100
8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.	100
8.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.	101
8.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ.	101
8.3 Análise Crítica.	102
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.	103
9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).	103
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.	106
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.	106
10.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.	108
11. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.	110
11.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício.	110
11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.	110
11.1.2 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.	110
11.1.3 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.	114
11.2 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.	115
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.	116
12.1 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	11
Quadro 2 - Organograma	14
Quadro 3 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	40
Quadro 4 - Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ.....	45
Quadro 5 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ.....	51
Quadro 6 - Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Resp. da UJ.....	66
Quadro 7 - Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	74
Quadro 8 - Programação de Despesas Correntes	75
Quadro 9 - Programação de Despesas de Capital	75
Quadro 10 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	76
Quadro 11 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	76
Quadro 12 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	77
Quadro 13 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	78
Quadro 14 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	78
Quadro 15 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	81
Quadro 16 - Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	83
Quadro 17 - Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e Por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	83
Quadro 18 - Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12.....	85
Quadro 19 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12	85
Quadro 20 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31/12/12).....	86
Quadro 21 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/12	87
Quadro 22 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Sit. Apurada em 31/12/12	87
Quadro 23 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores.....	88
Quadro 24 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/12.....	90
Quadro 25 - Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/12.....	90
Quadro 26 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	91
Quadro 27 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	91
Quadro 28 - Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	92
Quadro 29 - Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro.	92
Quadro 30- Rotatividade (<i>Turnover</i>).....	92
Quadro 31 -Aposentadorias e Reposições do Quadro.....	94
Quadro 32-Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da UJ	94
Quadro 33-Relação de Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou Provimento Adicional Autorizado.....	95
Quadro 34-Autorizações Para Realização de Concurso Público ou Provimento Adicional Para Substituição de Terceirizados.....	95
Quadro 35-Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	96
Quadro 36 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	96
Quadro 37 - Composição do Quadro de Estagiários	97
Quadro 38 Frota da UJ.....	98
Quadro 39- Média anual de Quilômetros Rodados.....	99
Quadro 40-Idade da Frota por Grupo	99
Quadro 41-Custos com a Frota	99
Quadro 42-Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	100
Quadro 43 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	101

Quadro 44 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Resp. da UJ.....	102
Quadro 45 - Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.....	103
Quadro 46 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	106
Quadro 47-Consumo de Papel, Água e Energia.....	108
Quadro 48 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	110
Quadro 49 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	110
Quadro 50 - Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV	115
Quadro 51-Declaração do Contador.....	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fiscalização de Trânsito-Atendimento a Usuários.....	32
Tabela 2 – Apreensões Relacionadas ao Meio Ambiente	33
Tabela 3 – Apreensões de Drogas	34
Tabela 4-Apreensões de Armas e Munições.....	34
Tabela 5-Apreensões de Contrabando	35
Tabela 6-Atuações em Defesa da Criança e do Adolescente.....	36
Tabela 7-Outros Crimes.....	36
Tabela 8-Detenção de Pessoas	37
Tabela 9-Resultados Adversos Crimes Diversos	37
Tabela 10 – Resultados Adversos Acidentes	38
Tabela 11 – Capacitação de Servidores	58
Tabela 12 – Quantidade de Infrações	64
Tabela 13 – Despesas Decorrentes de Contratos	67
Tabela 14 – Outras Despesas Para Aquisição de Bens.....	68
Tabela 15 – Bens e Materiais Adquiridos Através de TAC	69

ILUSTRAÇÕES, ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ADI	Avaliação de Desempenho Individual
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APH	Atendimento Pré-Hospitalar
CGO	Coordenação-Geral de Operações
CGPLAM	Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização
CGRH	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGU	Controladoria-Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
COEN	Coordenação de Ensino
CRET	Comissão Regional de Educação para o Trânsito
CRLV	Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
CSR	Comando de Saúde Rodoviário
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DG	Direção-Geral
DISAS	Divisão de Saúde e Assistência Social
DITRAN	Divisão de Trânsito
DN	Decisão Normativa
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IN	Instrução Normativa
INFOSEG	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública
IS	Instrução de Serviço
ISDN	Integrated Services Digital Network (Rede Digital de Serviços Integrados)
LOA	Lei Orçamentária Anual
MJ	Ministério da Justiça
MPO	Manual de Procedimentos Operacionais
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NUAD	Núcleo de Execução Administrativa
OS	Ordem de Serviço
PF	Pessoas Fiscaalizadas
PI	Plano Interno
PNSP	Programa Nacional de Segurança Pública

PPA	Plano Plurianual
PR	Procuradoria da República
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RFB	Receita Federal do Brasil
RG	Relatório de Gestão
RP	Restos a Pagar
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEST	Serviço Social do Transporte
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
SIGER	Sistema de Informações Gerenciais
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SRP	Sistema de Registro de Preços
TA	Testes de Alcoolemia
TCU	Tribunal de Contas da União
UCC	Unidade Centralizadora de Compras
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
UOP	Unidade Operacional
VF	Veículos Fiscalizados

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Secretário-Executivo

Márcia Pelegrini

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Paulo Machado

Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Diretora-Geral

Maria Alice Nascimento Souza

18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal

Superintendente

Valcir Correia Ortins

Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização

Júlio Licá Pereira

Chefe da Seção de Recursos Humanos

Antonio Fernando de Souza Oliveira

Chefe da Seção Administrativa e Financeira

José Ribamar do Nascimento Costa

Corregedor Regional

Afonso Pio Lima Furtado

Missão Institucional

Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 000704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: 18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação Abreviada: 18ª SRPRF/MA			
Código SIORG: 003681	Código LOA: 30107	Código SIAFI: 200124	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.494/0119-28	
Principal Atividade: Segurança Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(098) 3244-5376	(098) 3244-5372	
Endereço Eletrônico: sup.ma@dprf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: BR 135, Km 01, nº 3.737, Bairro Tirirical, São Luís – MA CEP 65.095 – 600.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal (Art. 144), Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Decreto nº 1.655/1995.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.061/2007 e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, Lei 9.654/1998, Lei 11.358/2006 e Lei 11.784/2008.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200124	18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal.		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
000001	18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal.		
Relacionamento Entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200124		000001	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais

A missão Constitucional da Polícia Rodoviária Federal, Órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, referenciada no § 2º do artigo 144 da Carta Magna de

1988, estabelece como fator primordial o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Na 18ª SRPRF/MA se estende por 3.433,7 km de vias nacionais.

Suas competências e atribuições institucionais estão disciplinadas na Constituição Federal, Artigo 144, no Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, Artigo 20, no Decreto 1.655/1995, e no Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375/2007, de 02 de agosto de 2007.

Dispõe de uma estrutura orgânica composta por delegacias, seções e núcleos, que são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades administrativo-burocráticas e finalísticas relacionadas ao policiamento e à fiscalização de trânsito.

Em primeira escala estão as seções e os Núcleos, os quais funcionam na sede da Superintendência, bem como as Delegacias, estas se encontram localizadas nas cidades de São Luís, Santa Inês, Caxias, Imperatriz e Balsas.

Em cada uma das Delegacias funciona um correspondente Núcleo de Policiamento e Fiscalização. A estrutura operacional é complementada atualmente por 10 (dez) postos vinculados às Delegacias.

Tendo em vista não haver unidade operacional instalada na cidade de Balsas, as ações de policiamento rodoviário e de fiscalização de trânsito são realizadas a partir da sede da Delegacia.

O desenvolvimento das atribuições constitucionais da Polícia Rodoviária Federal passa por duas principais vertentes, quais sejam: o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária, que estabelecem um conjunto de atividades que vão ao encontro do seu compromisso regimental com a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida constitucionalmente através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

As características que diferenciam a PRF das demais instituições de segurança decorrem do modal rodoviário, elo de integração nacional realmente consolidado, que pela capilaridade das rodovias federais, presentes em todo território brasileiro, faz como que o Policial Rodoviário, por vezes, seja a única identificação do Governo Federal com a sociedade.

O patrulhamento ostensivo das rodovias federais, função que a Carta Magna atribui à Polícia Rodoviária Federal, concretiza-se por meio da presença física do agente público e da ação policial direta, visando à preservação da incolumidade pública e à manutenção da paz social, tanto nas vias sob sua responsabilidade quanto nas áreas adjacentes.

Esta Instituição tem-se mostrado firme no combate aos diversos tipos de crimes que ocorrem no âmbito das rodovias federais e suas imediações. São notórios os resultados obtidos no combate à pirataria, ao contrabando e ao descaminho e, principalmente, ao tráfico de drogas, armas, pessoas e animais silvestres. Cumpre salientar que este órgão policial atua ainda na recuperação de carros, roubados ou furtados, bem como na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

No tocante ao Sistema de Segurança Viária, a ação da PRF insere-se em um conjunto de atribuições, dentre as quais se destacam: prevenção a acidentes, educação para o trânsito, prestação de socorro a vítimas e política de proximidade ao cidadão.

A ação da Polícia Rodoviária Federal, a qual realiza o policiamento e a fiscalização de trânsito na malha viária de domínio da União, vem nos últimos anos, contribuindo decisivamente para a redução do número de acidentes, principalmente se levarmos em consideração o crescente aumento da frota nacional.

Os acidentes de trânsito acarretam prejuízos significativos de cunho econômico e social, o que é confirmado pelo alto índice dos gastos suportados pelos Governos Federal, Estadual, Municipal e Distrital para cobrir despesas com as vítimas, pela interferência direta na vida das famílias, pelos danos irreparáveis causados às pessoas, entre outros.

A missão institucional e a atividade precípua estão dispostas na Constituição Federal, no Artigo 144, § 2º, sendo atribuída à Instituição a competência de realizar o patrulhamento ostensivo nas rodovias e estradas federais, através do desempenho das atribuições disciplinadas no Decreto 1.655/1995, na Lei nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro – e no Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375/2007-MJ, assim discriminadas:

I – Executar operações relacionadas à Segurança Pública, objetivando preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - Exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes; inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como, efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - Aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - Executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - Realizar perícias, levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - Credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - Assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como, zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VII - Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

IX - Implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito; promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito;

X - Integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da federação;

XI - Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66 do CTB, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais;

XII – Alienar veículos recolhidos e não reclamados, na forma da legislação em vigor;

XIII - Realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;

XIV - Manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e à implementação de ações integradas de segurança pública;

XV - Executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança no trânsito, bem como, desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;

XVI - Promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como, demais atividades de ensino, na área de competência institucional;

XVII - Credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis e de produtos perigosos;

XVIII - Planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente;

XIX - Efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069/1990, de 13 junho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

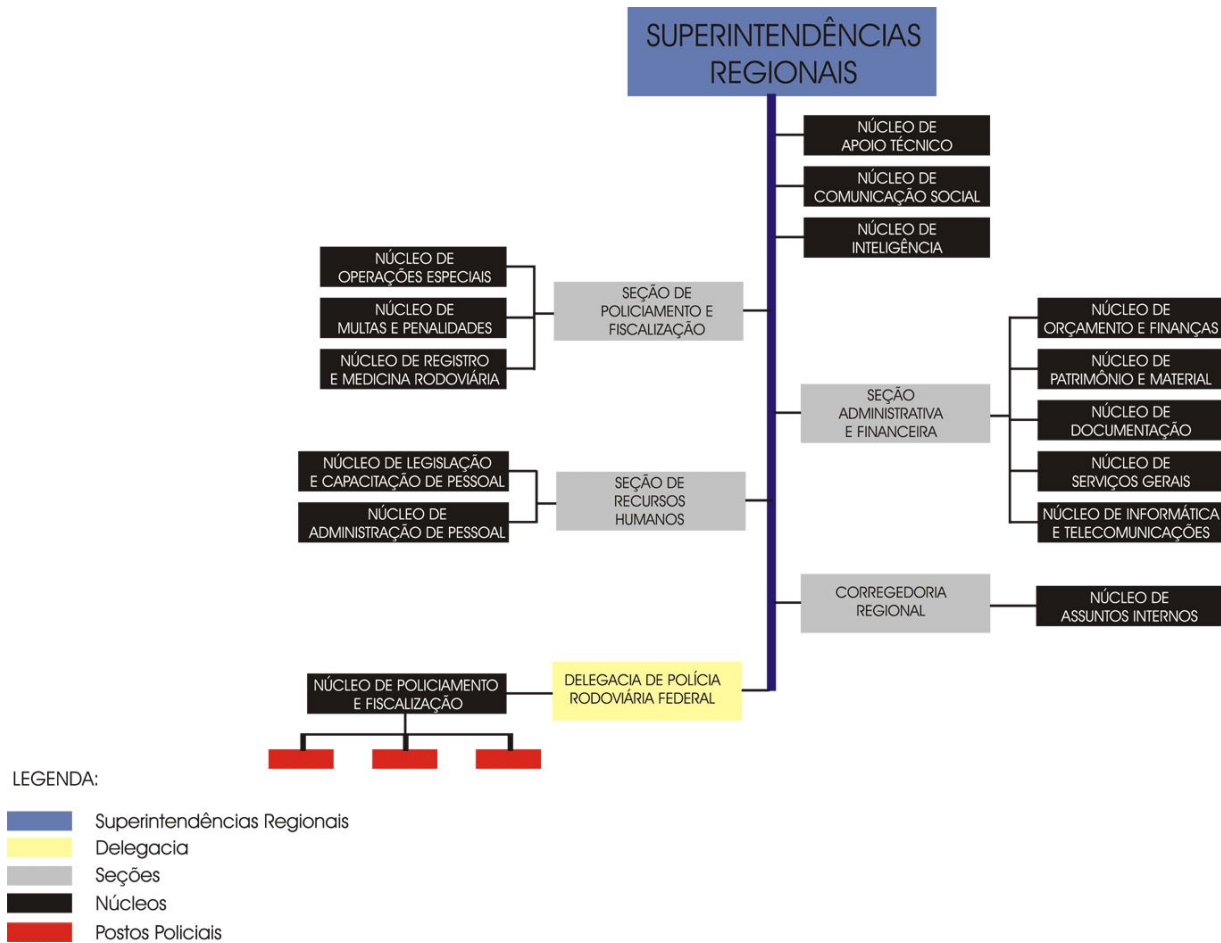
XX - Colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis;

XXI - Elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do artigo 69 da Lei nº 9.099/1995, de 26 de setembro de 1995, disciplinando o seu preenchimento a ser aprovado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

1.3 Organograma Funcional

Quadro 2 - Organograma

A 18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal integra a estrutura orgânica do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, e está localizada no Estado do Maranhão, com sede na cidade de São Luís.



O Regimento Interno da PRF, aprovado pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, especifica as atribuições de cada uma dessas estruturas. Transcrevemos abaixo, as principais competências regimentais relativas à unidade do tipo superintendência:

Art. 75. As Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal, nos âmbitos das respectivas circunscrições, compete:

- I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- II – conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;
- III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;
- IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;
- V - conceder remoção, ex-offício, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;
- VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;
- VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;
- VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;
- IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;

X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e
XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 76. Ao Núcleo de Apoio Técnico compete:

I - promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;

...

Art. 77. Ao Núcleo de Comunicação Social compete:

I - orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;

...

Art. 78. Ao Núcleo de Inteligência compete:

I - seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;

...

Art. 79. A Seção de Policiamento e Fiscalização compete:

I - programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;

...

Art. 80. Ao Núcleo de Operações Especiais compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;

...

Art. 81. Ao Núcleo de Multas e Penalidades compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;

...

Art. 82. Ao Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam: a) atendimento pré-hospitalar e resgate b) transporte inter-hospitalar; c) transporte de órgãos; d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional; e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos; f) comandos de saúde preventivos para o trânsito; g) atividades de medicina do tráfego; h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito; i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.

...

Art. 83. A Seção Administrativa e Financeira compete:

I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;

...

Art. 84. Ao Núcleo de Orçamento e Finanças compete:

I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;

...

Art. 85. Ao Núcleo de Patrimônio e Material compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;

...

Art. 86. Ao Núcleo de Documentação compete:

I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;

...

Art. 87. Ao Núcleo de Serviços Gerais compete:

I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;

...

Art. 88. Ao Núcleo de Telemática compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;

...

Art. 89. A Seção de Recursos Humanos compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e

...

Art. 90. Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;

...

Art. 91. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:

I - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;

...

XVIII - planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde: a) acompanhamento da concessão de plano de saúde; b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho; c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável - PROSSERV; d) apoio de saúde institucional; e) higiene e saúde no trabalho; f) perícias de saúde; g) doenças do trabalho; h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis; i) atividades de medicina do trabalho; j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores; l) Junta médica nacional; m) juntas médicas regionais; n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos; o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas; p) auxiliar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde; q) proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde; r) representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no inciso XXV. XIX - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Art. 92. a Corregedoria Regional compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

...

Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:

I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;

...

Art. 94. as Delegacias de Polícia Rodoviária Federal compete:

I - executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;

...

Art. 95. Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia

Em relação ao Artigo 94, esta Regional possui 5 (cinco) Delegacias, localizadas como segue: 1ª Delegacia, com Sede no povoado de Pedrinhas, no município de São Luís; 2ª Delegacia, com Sede na cidade de Santa Inês; 3ª Delegacia, com Sede na cidade de Caxias; 4ª Delegacia, com Sede na cidade de Imperatriz; e 5ª Delegacia, com Sede na cidade de Balsas, conforme a Estrutura Orgânica (Organograma) apresentada.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

A Polícia Rodoviária Federal, integrante do conjunto de instituições responsáveis por exercer a segurança pública em nosso país, nos termos da Constituição Federal, tem como missão "Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União".

A visão de futuro da Polícia Rodoviária Federal é: “Ser a Polícia Ostensiva Federal, reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e na indução de Políticas Públicas de segurança e cidadania”.

Os Valores adotados pela Polícia Rodoviária Federal e que refletem o caráter duradouro da Instituição e de seus colaboradores são: Profissionalismo, Ética, Equidade, Proatividade, Cordialidade, Comprometimento, Espírito de Equipe, Transparência e Responsabilidade Socioambiental.

A Polícia Rodoviária Federal – PRF, visando à eficácia no cumprimento de sua missão institucional e servir com excelência a sociedade e o Estado brasileiro, na promoção da segurança pública nas rodovias e estradas federais busca diuturnamente aprimorar técnicas, processos e, principalmente, a parceria com o cidadão usuário da rodovia. Para o alcance de sua missão são descritos os serviços de sua competência e as atividades finalísticas que devem ser executadas para prestação desses serviços, proporcionando clareza e justificativas nas ações a serem desenvolvidas pelos seus servidores.

Neste sentido, a Polícia Rodoviária Federal, tendo como diretriz a gestão com foco em resultados, direciona suas ações finalísticas para prestação de serviços, com excelência, ao cidadão, atendendo as demandas da sociedade.

Esses serviços promovem diuturnamente a segurança viária, proporcionando conforto e segurança aos usuários das estradas e rodovias federais, por meio da fiscalização e controle para o uso adequado da malha rodoviária de forma a conscientizar os cidadãos e garantir a obediência às normas relativas à segurança do trânsito, prevenindo acidentes e proporcionando melhores condições de trafegabilidade.

Os principais produtos e serviços que a Polícia Rodoviária Federal oferece à sociedade são:

- 1. Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais;**
- 2. Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais;**
- 3. Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País;**
- 4. Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais.**

1. Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais

a. Descrição

A violência do trânsito no Brasil vem crescendo ano após ano, representando a forma de violência contemporânea que mais produz impactos negativos à sociedade e ao Estado, com elevados custos econômicos e sociais, se materializando principalmente nos acidentes graves, assim considerados aqueles que resultam em lesões de natureza grave ou em morte.

Reduzir a violência no trânsito nas rodovias federais significa para a Polícia Rodoviária Federal agir preventivamente por meio de sua presença ostensiva e de uma rigorosa fiscalização de trânsito, bem como realizar um atendimento eficaz daqueles já ocorridos, visando minimizar seus efeitos por

meio de uma resposta rápida e eficiente, diminuindo o risco de agravamento de lesões das vítimas e as possibilidades de ocorrência de outro acidente em decorrência do anterior.

Agir com foco na prevenção e intervenção imediata nos acidentes graves implica em direcionar os recursos necessários, humanos e materiais, para os trechos rodoviários de maior incidência desses eventos, a partir da análise aprimorada dos dados estatísticos disponíveis.

Além das ações operacionais acima mencionadas, há também a necessidade de ações integradas aos demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, Ministério Público, órgãos de imprensa e outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais, com o objetivo de propor e desenvolver políticas públicas com foco na prevenção dos acidentes de trânsito, por meio de campanhas educativas e alterações na legislação relativa à matéria trânsito.

b. Indicadores

Considerando a necessidade de se ter um panorama atual da violência no trânsito das rodovias federais e acompanhar sua evolução dentro do período do presente Plano Estratégico, de modo a avaliar a efetividade das ações institucionais, foram definidos os seguintes indicadores para este resultado institucional, quais sejam: **Taxa de Mortalidade** e **Taxa de Acidentes Graves**.

A Taxa de Mortalidade e a Taxa de Acidentes Graves equivalerão ao número de mortes e o número de acidentes graves, respectivamente, por um milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.

Considerando que os números de acidentes graves e de mortos no trânsito sofrem influência de vários fatores, não seria razoável avaliar o resultado de ações institucionais com base na variação de números absolutos desses dois índices. No entanto, estabelecer como indicador uma taxa que contemplasse todas as variáveis influentes na variação do objeto de observação tornaria sua análise extremamente complexa, além da própria dificuldade de obtenção dos dados necessários.

Desse modo, optou-se por considerar apenas a variação da frota nacional de veículos como fator de variação da taxa de acidentes graves e mortalidade, por tratar-se de um valor de fácil obtenção, originado de uma fonte confiável e que tem maior relevância e influência nos índices observados, ou seja, quanto maior a frota de veículos circulando maior o número de interações no trânsito e conseqüentemente a probabilidade de ocorrência de acidentes. Cabe destacar que os indicadores escolhidos tem como características a simplicidade, são sensíveis a mudanças no mundo real, ou seja, podem refletir as alterações da realidade, e podem ser atualizados periodicamente, além de ser adequadamente documentado.

2. Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais

a. Descrição

A Constituição Federal assegura a todo cidadão a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, e essa garantia constitucional deve ser exercida em toda a sua plenitude nos termos da legislação vigente. O Estado, por intermédio de seus órgãos tem o dever assegurar os meios necessários

para que o cidadão possa deslocar-se em todo o território nacional com segurança e com o conforto adequados. Cabe ao Estado à tarefa de prover a infraestrutura necessária para o funcionamento dos diversos modais de transportes de pessoas e bens, bem como regular e fiscalizar sua exploração.

De todos os modais de transporte, o modal rodoviário é o de maior importância estratégica para o país, e estima-se que atualmente responda por cerca de 60% do total de passageiros e cargas transportadas no território nacional. Nesse sistema rodoviário, as rodovias federais representam papel de fundamental importância, por onde passam um grande fluxo de pessoas e bens entre os estados da federação e entre as cinco regiões do país, funcionando como verdadeiro fator de integração nacional.

Ante o papel estratégico das rodovias federais para o desenvolvimento nacional, cabe ao Estado assegurar que o fluxo de passageiros e cargas se dê de forma contínua e segura, sem interrupções ou embaraços, por meio da atuação de seus órgãos, dentre os quais a Polícia Rodoviária Federal. São vários os fatores e situações que podem afetar a livre circulação no âmbito das rodovias federais, interrompendo o fluxo de trânsito ou causando-lhe lentidão, dentre os quais se podem citar:

- Realização de obras viárias;
- Acidentes de trânsito com obstrução parcial ou total da rodovia;
- Realização de eventos com grande fluxo de pessoas e veículos as margens da rodovia federal ou com impacto no trânsito que por ela circula;
- Trânsito de veículos lentos e com dimensões excedentes;
- Manifestações populares reivindicatórias com interdição viária total ou parcial;
- Restrições ao fluxo de trânsito em determinados locais e horários em razão dos riscos de ações criminosas.

Assim, assegurar a livre circulação nas rodovias federais implica para a Polícia Rodoviária Federal atuar preventivamente por meio do policiamento ostensivo, apoiado por um monitoramento constante e eficaz de sua malha viária policiada, de modo antever as situações de risco à livre circulação e impedir sua materialização. Por outro lado, concretizado o fator de risco e configurado o obstáculo à fluidez normal do trânsito, cabe à Polícia Rodoviária Federal agir de forma rápida e com a intensidade necessária ao reestabelecimento das condições normais de circulação.

Em sua ação preventiva a instituição mantém um monitoramento constante das condições de circulação viária, a partir de informações colhidas da atividade operacional-finalística e da área de inteligência, além das ações de policiamento preventivo, distribuído de forma equânime ao longo da malha viária, a partir de critérios pré-estabelecidos e com programação de atividades definida. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal se articula com outros órgãos públicos quando identificados problemas cujas soluções estejam vinculadas as suas atribuições, como, por exemplo, os órgãos executivos rodoviários nas questões relacionadas à infraestrutura viária.

Ocorrida a situação de comprometimento da livre circulação, a depender da causa, a Polícia Rodoviária Federal deverá dispor dos recursos necessários para fazer a intervenção devida e restabelecer o estado de normalidade, sejam eles recursos ordinários, disponíveis para o policiamento ostensivo rotineiro, sejam eles extraordinários, como as equipes táticas, grupos de choque, aeronaves, entre outros disponíveis.

b. Indicadores

A Polícia Rodoviária Federal realiza um monitoramento constante das condições de trafegabilidade das rodovias federais, de modo que qualquer interferência na livre circulação do trânsito em qualquer trecho de rodovia federal em todo o Brasil é imediatamente informada e essa condição é registrada, além, obviamente da adoção das providências com vistas ao restabelecimento do fluxo normal de trânsito. Essas interferências podem ser de diversas naturezas, como já mencionado anteriormente, e vão desde uma lentidão provocada por uma interdição parcial da via causada por um acidente até um bloqueio total da via por manifestações populares.

Para avaliar o quanto as rodovias federais sofrem com essas interferências e avaliar a efetividade as ações da Polícia Rodoviária Federal no sentido de reduzi-las ou eliminá-las, foi criado o Índice de **Interdição de Rodovia**, que resultará da ponderação da tabulação dos dados dessas interferências na via. Assim, serão considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado, o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito, entre outros fatores.

3. Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País.

a. Descrição

As causas da violência têm suas raízes na ineficiência histórica do Estado em promover políticas de inclusão social nas áreas de educação, saúde e trabalho, por exemplo, no entanto, as soluções para o problema do avanço da criminalidade, especialmente nos momentos de crise, sempre são esperadas do sistema de segurança pública e, em última análise, das instituições policiais que o compõe.

As rodovias federais não estão imunes a essa realidade, visto ter o Brasil optado pela massificação do transporte rodoviário de cargas e passageiros, o que implica dizer que a maior parte das riquezas produzidas no país é transportada por nossas rodovias, especialmente as federais. Além disso, as organizações criminosas utilizam-se primordialmente do transporte rodoviário na realização de suas atividades ilícitas, a exemplo do tráfico de drogas, do roubo e furto de veículos e cargas, do contrabando e do descaminho, dos crimes contra a propriedade intelectual (pirataria), do tráfico de seres humanos e dos crimes ambientais, da exploração sexual infanto-juvenil, entre outros. Significativa parcela desses crimes tem repercussão interestadual e até internacional, evidenciando a importância estratégica das rodovias federais para a segurança pública do país.

A Polícia Rodoviária Federal vem atuando fortemente no combate às diversas modalidades criminosas, com resultados extremamente positivos, e tem como pontos fortes a seu favor no cumprimento desse mister, quais sejam:

- Grande capilaridade em todo o território nacional, um corpo de policiais bem treinados e motivados;
- Larga experiência adquirida a partir das iterações constantes com as situações de crime;
- Facilidade de difusão de informações e conhecimento em decorrência de uma cadeia hierárquica horizontalizada e de uma área de ensino desenvolvida e competente;
- Facilidade de mobilização de efetivo, com possibilidade de direcionar recursos humanos e materiais a qualquer parte do território nacional.

Assim, a atuação da Polícia Rodoviária Federal no combate às diversas modalidades criminosas no âmbito das rodovias federais e em outras áreas em parceria com outras instituições como o Ministério Público, órgãos fazendários, de proteção ambiental, de proteção de direitos humanos, de proteção à infância e adolescência, contribuem de forma relevante para a redução da criminalidade e da violência no país.

b. Indicador

Em relação a esse resultado institucional, verificou-se a grande dificuldade de se estabelecer um indicador que pudesse medir o nível de criminalidade no âmbito das rodovias federais, especialmente pela dificuldade de acesso a dados confiáveis de ocorrências criminais, haja vista que a grande maioria dos registros é feita nas polícias civis dos Estados, e apenas uma pequena parte é comunicada diretamente à Polícia Rodoviária Federal. Desse modo não há como monitorar essas ocorrências e estabelecer metas relacionadas à sua redução, o que poderia servir de verificador o quanto a ação policial contribuiu com a redução da criminalidade, ao menos no âmbito das rodovias federais.

Assim, buscando indicadores que pudessem ao menos aferir a intensidade das ações da Polícia Rodoviária Federal, e conseqüentemente sua contribuição para a redução da criminalidade e da violência no país, foram definidos aqueles relacionados diretamente aos resultados das ações de combate à criminalidade, que repercutem diretamente na sua redução e na redução da violência a ela relacionada.

O acompanhamento do impacto das ações da Polícia Rodoviária Federal será aferido a partir dos indicadores **Pessoas Detidas, Veículos Recuperados** e do **Quadro de Apreensões de drogas, contrabando e descaminho, armas e relacionadas a crimes ambientais**.

4. Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais

a. Descrição

A percepção pode ser descrita como um processo de selecionar, organizar e interpretar os estímulos e as impressões sensoriais oferecidas pelo meio ambiente, lhes atribuindo significado. É um processo interno e individual, de modo que um determinado objeto no mundo real, e aqui poderíamos considerar a própria segurança pública como objeto, será percebido de forma diferente por cada indivíduo. A percepção é afetada por fatores externos e internos, assim, depende da forma como um objeto é apresentado e do conhecimento e experiência pessoal do indivíduo em relação a ele, além de seus valores, motivações e expectativas.

A percepção de segurança, a partir do conceito de percepção poderia ser definida como a impressão ou sentimento do indivíduo do nível de segurança em que se encontra o ambiente em que ele vive, em outras palavras, o quanto é seguro o local onde trabalha, o meio de transporte que ele utiliza, a escola que seus filhos frequentam, as vias públicas pelas quais transita, entre outras situações do seu cotidiano.

Considerando essa idéia de percepção de segurança, não é o suficiente para a instituição reduzir a violência no trânsito, assegurar a livre circulação nas rodovias federais e contribuir com redução da

criminalidade e da violência no país, mesmo produzindo uma melhoria real na segurança pública para a sociedade.

Importa que o cidadão perceba essa nova realidade, haja vista que a sua satisfação em relação aos serviços públicos prestados pelo Estado decorre principalmente de sua percepção a respeito do quanto esses serviços atendem suas necessidades. Igualmente, essa percepção da realidade de um novo contexto de maior segurança é necessária para que o cidadão se aproprie desse valor, dessa conquista, e isso possa repercutir positivamente na sua qualidade de vida. Fica a percepção de segurança não é um produto fictício, uma idéia vaga e sem conteúdo, posto que não é possível desfrutar de um estado de segurança se não pudemos reconhecê-lo.

Ao estabelecer o aumento da percepção de segurança como resultado institucional em seu planejamento estratégico, a Polícia Rodoviária Federal busca gerar no cidadão a percepção do incremento do nível de segurança pública obtido no ambiente das rodovias federais como consequência direta da obtenção dos outros resultados institucionais (redução da violência no trânsito, da criminalidade e assegurar a livre circulação nas rodovias federais), além de outros fatores a serem trabalhados nessa direção.

Para fornecer esse retorno à sociedade, a Polícia Rodoviária Federal se servirá de alguns meios principais, a saber:

- Fortalecer sua imagem institucional junto à sociedade com ações de divulgação dos resultados alcançados em relação à redução da violência no trânsito, ao combate à criminalidade e às ações de garantia de livre circulação do trânsito;
- Fortalecimento e modernização do policiamento ostensivo, por meio de um planejamento adequado, ampliando sua presença ostensiva em trechos de rodovia federal e períodos específicos onde haja uma maior incidência de situações de risco à segurança de seus usuários, otimizando os recursos humanos e materiais;
- Ampliar o monitoramento das rodovias federais com recursos tecnológicos avançados, visando coibir comportamentos de risco à segurança viária, bem como outras ações delituosas. Com o monitoramento a distância a instituição amplia seu controle com menos recursos, criando nos usuários a sensação de observação constante de suas ações, produzindo uma espécie de efeito panóptico, inibindo condutas impróprias de alguns e dando tranquilidade aos demais.
- Articular parcerias e estreitar relações com o órgão executivo rodoviário visando melhorar as condições de segurança da via, do ponto de vista de infraestrutura, ou seja, condições de trafegabilidade do pavimento e da sinalização viária.

b. Indicador

Para aferir o nível de percepção de segurança dos usuários das rodovias federais foi criado o Índice de Percepção de Segurança, que será medido a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.

A pesquisa que buscará aferir o indicador em questão deverá ser realizada por instituto de pesquisa especializado, contratado para esse fim, com periodicidade anual, e deverá fornecer como

resultado, além de outras informações, um valor que possa ser comparado ao longo do tempo, de modo que possa ser estabelecida uma meta a ser buscada para esse Índice de Percepção de Segurança.

1.5 Macroprocessos de Apoio

- Fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito;
- Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;
- Intensificar ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos;
- Ampliar e aperfeiçoar o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar;
- Aprimorar o registro de ocorrências e implantar a perícia de acidentes;
- Estabelecer um modelo eficaz de gestão participativa;
- Implantar um modelo de gestão baseado em resultados;
- Desenvolver a cultura de gestão de projetos;
- Mapear, otimizar, padronizar e sistematizar processos de trabalho;
- Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento;
- Fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à missão da PRF;
- Articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Fortalecer a imagem institucional da PRF;
- Melhorar a comunicação interna e externa;
- Adequar o quadro de pessoal às necessidades;
- Mapear e desenvolver competências com enfoque estratégico;
- Potencializar o bem estar, a motivação e o desempenho dos servidores;
- Intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais;
- Assegurar recursos financeiros e otimizar sua execução;
- Prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades.

Quanto à Cooperação, a parceria com o Ministério Público do Trabalho foi amplamente implementada e seus resultados se materializam para a UJ, além da realização de suas competências institucionais, em termos de aquisição de bens por meio de Termos de Ajustamento de Conduta – TACs.

No caso do item 5 (cinco) a questão relativa à implantação da perícia de acidentes não foi conseguida, pois se carece de normatização para tal. Isto se deve principalmente ao fato de que o ingresso no quadro da PRF se dá no cargo de Policial Rodoviário Federal, não existindo o cargo de Perito.

1.6 Principais Parceiros.

- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU;
- Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN;
- Órgãos de Segurança Pública;
- Receita Federal;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Ministério Público do Trabalho – MPT/16
- Ministério do Trabalho e Emprego;

- Secretaria Estadual de Direitos Humanos;
- Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE/MJ;
- Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

2. INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com as Decisões Normativas TCU nº 119/2012, nº 121/2012 e nº 124/2012 e com a Portaria TCU nº 150/2012, que deverão compor o Relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2012.

Este relatório visa a correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas **2070** – Segurança Pública com Cidadania, **0089** – Previdência de Inativos e Pensionistas da União e **2112** – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça, no exercício de 2012. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação, cuja obtenção fora em função das metas programadas, bem como o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e consequentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2012 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Estratégico da PRF, o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2012 e os relatórios de atividades das diversas áreas da Administração Central, das Superintendências e dos Distritos Regionais, o que possibilita uma perspectiva macro com acompanhamento setorializado, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

No quadro abaixo estão relacionados os itens aplicáveis a esta UJ de que, no entanto, não houve registros de ocorrências no exercício 2012, como também os itens cujas naturezas jurídicas não se aplicam a esta Unidade, todos antecedidos pela numeração atribuída pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012:

Itens não Aplicáveis ou que não Ocorreram:

Parte “A” do Anexo II da DN TCU N.º 119, de 18/01/2012: 3.1 Estrutura de Governança; 3.3 Remuneração Paga a Administradores; 5.6 Gestão de Precatórios; 8.2 Análise Crítica; 10.2

Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna; 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Previstas na Lei nº 4.320/1964 e Pela NBC T 16.6 Aprovada Pela Resolução CFC Nº 1.133/2008; 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas Pela Lei nº 6.404/1976; 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais e 11.6 Parecer da Auditoria Independente.

Parte “B” do Anexo II da DN TCU N.º 119, de 18/01/2012: Todos os Itens.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

3.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O planejamento estratégico do órgão tem a abrangência dos anos 2012 a 2020.

As características inerentes ao trânsito rodoviário e a grande extensão da malha viária, favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido.

Vários tipos de crimes ocorrem ao longo das rodovias, tais como: crimes de evasão fiscal e de divisas, transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, contrabando, descaminho, transporte de materiais irregulares e falsificados, dentre outros.

Os ilícitos em comento causam enormes prejuízos à economia do País. Por seu turno, as regras de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro encontram na PRF seu agente aplicador no âmbito Federal.

O foco de atuação da PRF está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão, proporcionada pela sua presença, de forma preventiva, aliada à necessária repressão do crime, visando o aumento da sensação de segurança.

Além disso, e mais importante, seus objetivos são atingidos através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde voltadas aos usuários das rodovias às atividades de educação para o trânsito.

Por outro lado, os acidentes de trânsito representam prejuízos à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública, pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado às vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis às vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes e, conseqüentemente, os reflexos negativos deles decorrentes, a PRF tem procurado implementar uma metodologia de trabalho mais efetiva, utilizando-se de assistência direta ao cidadão, orientações aos usuários das rodovias, campanhas educativas, dentre outros.

O certo é que este Órgão vem delineando suas estratégias de atuação buscando acompanhar esse processo evolutivo, que decorre da diversificação das demandas sociais, dentre as quais estão inseridas aquelas que requerem uma ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente.

Neste norte, a Polícia Rodoviária Federal tem fornecido subsídios para que os Estados Federados e entes do Governo Federal venham a implementar políticas públicas, a exemplo do Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entre outros.

Assim, o planejamento de atuação deste Órgão de Segurança Pública tem-se desenvolvido no intuito de estabelecer ações integradas com os demais Órgãos Administrativos, bem como com os administrados em geral, para, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à Sociedade, público-alvo de todas as atividades empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal.

Outros fatores sociais identificados são: apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas, bem como o acompanhamento e controle dos reflexos causados pelas manifestações reivindicatórias, que contemplam demandas sociais várias, onde frequentemente ocorre o bloqueio de rodovias federais, trazendo inúmeros prejuízos à população.

Neste contexto, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que sua atividade-meio execute suas atribuições em sintonia com a atividade-fim, dotando-a dos recursos necessários para tanto.

De acordo com o PPA a Polícia Rodoviária Federal deverá executar as seguintes ações no quadriênio 2012-2015:

- Ampliar os procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais;
- Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- Implantar 1 monitoramento eletrônico (OCR) - Sistema Alerta Brasil;
- Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores;
- Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual;
- Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal.
- Alcançar com ações de educação para o trânsito 10.000 de pessoas até 2015;
- Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional;
- Ampliar o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais;
- Ampliar o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia;
- Implementar central de comando e controle nesta regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados;
- Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância pontos críticos de rodovias.

Adicionalmente à execução das ações previstas no PPA, quadriênio 2012-2015, este Órgão integrando do Sistema de Segurança Pública Nacional pretende executar as ações seguintes:

- Adequar os serviços prestados pelos órgãos de segurança pública e outras instituições frente ao aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014;
- Capacitar Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos;
- Disponibilizar vagas de ensino presencial da SENASP com foco nos grandes eventos;
- Apreender cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outras formas de apresentação);
- Apreender armas de fogo;
- Adequar e reformar instalações de segurança pública de organizações e instituições pertencentes ao Estado, adquirir equipamentos, produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação;
- Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio;
- Promover a reestruturação organizacional deste órgão policial da União;
- Capacitar policiais na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros;
- Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública;
- Realizar estudos e pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública;

Por se tratar das rodovias federais, resta assim demonstrada a vinculação do Plano Estratégico com as competências da UJ.

3.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Com o intuito de gerenciar os objetivos da Polícia Rodoviária Federal, alinhando o planejamento estratégico do órgão com as metas do PPA o Escritório de Projetos Estratégicos do DPRF fomenta a construção, o desenvolvimento e o acompanhamento de Projetos que possam gerenciar as demandas macros da Polícia Rodoviária Federal. Neste contexto, a Polícia Rodoviária Federal está com o desenvolvimento dos seguintes Projetos Estratégicos:

- Comando e Controle – que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e melhorar a comunicação interna e externa;
- Vídeo Monitoramento de Rodovias - que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades;
- Alerta Brasil – que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades;
- Landell – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e melhorar a comunicação interna e externa;

- Sistemas Móveis – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e melhorar a comunicação interna e externa;
- Série Alpha - que possui como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; mapear, otimizar e padronizar processos internos; e fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à Missão da PRF;
- Policiamento Especializado – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; mapear, otimizar e padronizar processos internos; e fortalecer a imagem institucional da PRF;
- PRF Fronteira - que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Reengenharia Operacional – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e adequar o quadro de pessoal;
- Apoio ao Condutor e Turista – que possui como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional; e fortalecer a imagem institucional da PRF;
- Plano Diretor de Educação para o Trânsito – que possui como escopo: Fomentar e potencializar ações de Educação para o Trânsito; fortalecer a imagem institucional da PRF; e intensificar ações de garantia dos direitos humanos;
- Hora de Ouro - que possui como escopo: Ampliar e aperfeiçoar o atendimento pré-hospitalar e o resgate emergencial; fortalecer a imagem institucional da PRF; e articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Sistema de Registros de Ocorrências – que tem como escopo: Implantar a perícia de acidente e aprimorar o registro de ocorrências; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- Gestão Administrativa - que tem como escopo - Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- Sistemas de Informações Gerenciais- que tem como escopo – Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- PRF na Internet – que tem como escopo : fortalecer a imagem institucional da PRF; fortalecer a imagem institucional da PRF; intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
- Gestão por Competências – que tem como escopo: Mapear e desenvolver competências; adequar o quadro de pessoal; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- Fortalecimento da Estrutura de Ensino – que tem como escopo: Mapear e desenvolver competências; potencializar a motivação e o desempenho dos servidores; e intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
- Próprios Nacionais – que tem como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; adequar o quadro de pessoal; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;

- ADI Nacional – que tem como escopo: Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; potencializar a motivação e o desempenho dos servidores; e mapear e desenvolver competências;
- Coeficiente de Adequação de Logística e de Infraestrutura – que tem como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; assegurar recursos financeiros e otimizar a sua execução; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- Endomarketing (Clima Organizacional) – que tem como escopo: Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; melhorar a comunicação interna e externa; e intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
- Mapeamento/otimização de processos – que tem como escopo: Mapear, otimizar e padronizar processos internos; desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- Pesquisa: Percepção de Segurança e Imagem da PRF – que tem como escopo: Fortalecer a imagem institucional da PRF ; Melhorar a comunicação interna e externa; e fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;

Os objetivos traçados no PPA e os escopos existentes nos projetos estratégicos do órgão estão intimamente relacionados com os Macroprocessos de Apoio que o órgão executa.

3.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Quanto aos procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais, a PRF atuou de forma efetiva e continuada, tendo sido fiscalizado condutores e passageiros de veículos. Cidadãos foragidos da justiça, com mandado de prisão em aberto, foram detidos. Objetivando alcançar a meta de pessoas fiscalizadas até 2015, a meta para 2013 será reajustada, adequando-a à realidade do novo efetivo policial, visto que esta 18ª SRPRF/MA recebeu mais 39 policiais no final de 2012, embora tenham sido removidos 26.

No tocante à implantação do OCR – Alerta Brasil, os trabalhos se encontram em fase de contratação de Projeto Executivo para viabilizar a consolidação do projeto de instalação de cada ponto. Processo nº 08650.000.895/2012-81 – em fase de cotação.

Quanto ao Mapeamento de competências e à Realização de ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, esclarecemos que os trabalhos relacionados a tais metas institucionais encontram-se em fase de planejamento, tendo sido estabelecidas etapas para o desenvolvimento do projeto de Gestão por Competências da PRF – GCPRF: (1) Capacitação de servidores e definição dos Consultores da PRF; (2) Definição das Competências Institucionais e realização de *workshops* com gestores, consultores e grupos focais; (3) Mapeamento de competências e; (4) Identificação das Lacunas (GAP) de competências e Plano de Capacitação.

Em 2012 foi concluída a primeira etapa e parte da segunda, com a capacitação de servidores, a publicação da Portaria DG nº 125, de 24 de setembro de 2012, designando os consultores internos e setoriais, e a realização de *workshop* dos Grupos focais, contando com a participação de Superintendentes, Coordenadores e Consultores.

Durante o exercício de 2012 a PRF, também, realizou diversas capacitações com os seus chefes de delegacia na análise estatística de acidentes e mortes nas rodovias, a fim de que o planejamento operacional fosse realizado com maior eficiência.

Em relação às ações de educação para o trânsito, durante o ano de 2012 foram realizadas Palestras, Exposições, Festival Estudantil Temático para o Trânsito – FETRAN, Cinema Rodoviário e Projetos para Motoristas Profissionais.

No que tange a meta relacionada à reforma de unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal, salientamos que não houve a execução desta ação nesta UJ por não haver a descentralização de recursos orçamentários, apesar de estarmos com 7 projetos executivos prontos.

A meta pertinente à ampliação da parceria com o Ministério da Saúde, mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional, em 2012, foi incluída no Plano de Prevenção e Redução de Acidentes, o qual foi absorvido pelo Plano de Enfrentamento à Violência no Trânsito, que está sendo construído junto à Casa Civil, com previsão orçamentária para ser executado no ano de 2013.

Quanto à implementação de centrais de comando e controle em Unidades Desconcentradas PRF, em 2012 a CIOP da 9ª SRPRF/RS foi migrada para o conceito pretendido, e a CIOP da 5ª SRPRF/RJ iniciou os trabalhos objetivando a adoção do mesmo conceito. Este procedimento ainda não foi iniciado nesta UJ.

Cumprir registrar, que para as grandes operações realizadas em feriados foram estabelecidas metas desafiadoras de fiscalização de veículos, pessoas e testes de alcoolemia, com acompanhamento diário da execução. Todos esses fatores foram preponderantes para os bons resultados obtidos pela PRF, tendo sido reduzidos o número de mortes e de acidentes em relação ao exercício 2012, tanto em valores absolutos como no indicador que leva em consideração o aumento da frota nacional de veículos, conforme tabela abaixo:

- **Tabela 1-FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DAS RODOVIAS**

OCORRÊNCIAS	TOTAL
Veículos fiscalizados	107584
Notificações por infrações de trânsito	32430
Notificações de velocidade com radar fotográfico	0

Veículos retidos ou recolhidos para regularização	1741
Documentos retidos	4139
CNH recolhidas	142
Auxílios aos usuários	331
Escolta / batedor	256
Animais recolhidos	16
Pessoas vítimas de acidentes socorridas	44

Fonte: SPF/18ª SRPRF/MA

• **Tabela 2-APREENSÕES RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE**

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE
Animais silvestres	Un	2041
Carvão vegetal	m3	5
Madeira	m3	325
Pescados	Kg	1020
Outros	Un	43
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	Un	16

Fonte: SPF/18ª SRPRF/MA

- **Tabela 3-APREENSÕES DE DROGAS**

DROGAS	UNIDADE	QUANTIDADE
Cocaína	Kg	51,00
Maconha	Kg	164,35
Destruição de pés de maconha	Un	0
Merla	G	0
Haxixe	Un	0
Lança perfume	Un	0
Outras	Un	0
Diversas	G	0
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	Un	6

Fonte: SPF/18ª SRPRF/MA

- **Tabela 4-APREENSÕES DE ARMAS E MUNIÇÕES**

TIPOS DE ARMAS E MUNIÇÕES	TOTAL
Revólver	27
Pistola	4
Espingarda	18

Fabricação caseira	1
Total de armas de fogo	50
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	40
Munição calibre 22/32	124
Munição calibre 38	147
Munição calibre 380	25
Outras munições	99
Total de munições	395
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	32

Fonte: SPF/18ª SRPRF/MA

• **Tabela 5-APREENSÕES DE CONTRABANDO**

MERCADORIAS	UNIDADE	QUANTIDADE
CD/VHS/DVD	Un	0
Cigarro	Pacotes	0
Equipamentos eletrônicos	Un	0
Medicamentos	Un	0
Outras	Un	1
TOTAL	Un	1

Fonte: SPF/18ª SRPRF/MA

- **Tabela 6-ATUAÇÕES EM DEFESA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

OCORRÊNCIAS	TOTAL
Crianças e adolescentes vítimas de crimes	1
Total de ocorrências	1
Pessoas detidas por crimes contra menores	0
Adolescente apreendido	1
Total de ocorrências de infração de menores	1
Pessoas envolvidas	0
Pessoas detidas	0

Fonte: SPF/18ª SRPRF/MA

- **Tabela 7-OUTROS CRIMES COMBATIDOS**

OCORRÊNCIAS	TOTAL
Falsificação de documentos	33
Saque à carga	1
Trabalhador libertado	32
Veículos recuperados	35
Crimes diversos	1084
Crimes de trânsito	88
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	253

Fonte: SPF/18ª SRPRF/MA

- **Tabela 8-DETENÇÃO DE PESSOAS**

CRIMES PRATICADOS	TOTAL
Assaltos a cargas	0
Assaltos a ônibus	0
Estrangeiros sem visto	0
Mandados de prisão	47
Roubo e furto de veículos	26
Tráfico de entorpecentes	10
Contrabando e descaminho	14
Trânsito	144
Ambientais	21
Outros	200
TOTAL	462

Fonte: SPF/18ª SRPRF/MA

- **Tabela 9-RESULTADOS ADVERSOS RELACIONADOS A CRIMES DIVERSOS**

CRIMES PRATICADOS	TOTAL
Assaltos a veículos de cargas	3
Assaltos a ônibus	8
Assaltos a táxi	0

Assaltos a veículos particulares	1
Crimes contra a vida e o patrimônio	5

Fonte: SPF/18ª SRPRF/MA

• **Tabela 10-RESULTADOS ADVERSOS RELACIONADOS A ACIDENTES DE TRÂNSITO**

OCORRÊNCIAS	TOTAL
Acidentes sem vítimas	3047
feridos	1180
mortos	321

Fonte: SPF/18ª SRPRF/MA

3.4 Indicadores

Descrição:	Forma de Cálculo:
1 Taxa de Mortalidade	Números de mortes, por milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.
2 Taxa de Acidentes Graves	Números de Acidentes Graves, por milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.
3 Índice de Interdição de Rodovia	Ponderação que Resultará da tabulação dos dados de interferências na via, sendo considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado e o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito.
4 Pessoas Detidas	Variação do Número de Pessoas Detidas por períodos de mensuração.
5 Veículos Recuperados	Variação do Número de Veículos Recuperados por períodos de mensuração.

6	Quadro de Apreensões de Drogas, Contrabando e descaminho, Armas e Relacionadas a Crimes Ambientais	Variação do Número de Apreensões por períodos de mensuração.
7	Índice de Percepção de Segurança	Pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.

4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

4.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 3 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		

Análise Crítica:

Essa UJ não possui em sua estrutura uma Área encarregada especificamente do acompanhamento do Sistema de Controle Interno, esta estruturação encontra-se presente no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UJ é subordinada.

Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF processo atualmente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e posterior encaminhamento à Casa Civil.

Quanto ao código de conduta, informamos que este DPRF orienta seus servidores pelo Decreto Nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Tal instrumento (que por se tratar de dispositivo legal em vigor, já pressupõe prévio conhecimento por parte dos servidores públicos) é abordado na disciplina Ética e Cidadania, do Curso de Formação Profissional do DPRF. Além disso, alguns de seus preceitos são comumente reiterados pela Comissão de Ética do DPRF (cujos membros são designados por Portaria Interna) e através de ações de Corregedoria Participativa.

Os controles administrativos do DPRF quanto aos aspectos: Ambiente de controle; Avaliação de risco; Procedimentos de controle; Informação/comunicação; e Monitoramento, encontram-se detalhados nos itens nº 9.1 a 9.5 descritos abaixo.

Escala de valores da Avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: GAB/18ª SRPRF/MA

4.2 Sistema de Correição

4.2.1 Estrutura Física, Financeira e de Pessoal da Corregedoria Regional

Atualmente, a Corregedoria dispõe de um prédio com 5 (cinco) salas onde funcionam a Gerência Cartorial (GECART), a Gerência de Análise Processual (GEAP), a Gerência de Instruções Preliminares (GEIP) que também funciona como sala de audiências e videoconferências, o gabinete do Corregedor e a sala do Núcleo de Assuntos Internos.

Os equipamentos como: filmadoras que permitam filmagens noturnas e equipamentos de escuta ambiental, viaturas, visores noturnos, GPS, binóculos e outros, cuja finalidade é possibilitar e facilitar a observação e localização, à distância, de policiais praticando ilícitos funcionais, necessitam de renovação.

A aquisição de celulares para todos os PRF's possibilitou uma melhor comunicação entre os servidores nas operações correicionais, tendo em vista que os convocados se posicionam em locais diversos.

Foram fornecidos novos equipamentos (impressora, notebook, mesas e cadeiras), não houve ampliação ou melhoria das instalações em 2012. Cabe ressaltar que no início de 2013 foi iniciada a reforma do prédio resultante de Termo de Ajuste de Conduta (TAC) do Ministério Público do Trabalho que beneficiou a 18ª SRPRF/MA.

Das duas viaturas que se encontram à disposição (duas descaracterizadas), atualmente apenas uma se encontra em condições de tráfego e a segunda não serve exclusivamente à Corregedoria Regional, sendo disponibilizada de acordo com as necessidades da regional. Apesar de ter sido mantida a preferência de uso à Corregedoria, a situação mencionada de certa forma dificulta a realização das operações correicionais, já que as viaturas se tornam conhecidas na circunscrição da 18ª SRPRF.

Quanto a instauração de novos procedimentos disciplinares e o prosseguimento dos já instaurados merecem destaque três fatores principais que dificultam sobremaneira a realização de forma eficiente de tais procedimentos, sendo eles:

- Escassez e/ou disponibilização tardia de recursos financeiros;
- Carência de pessoal na Sede e nas Delegacias da Regional e poucos servidores interessados em atuar na área processual disciplinar;
- Falta de logística (computadores, viaturas, impressoras portáteis, etc) para equipar as comissões processantes.

Em 2012, conseguiu-se, com o apoio da Corregedoria-Geral, a cessão de 3 (três) servidores de outras regionais para composição de PAD's e, ainda, na confecção dos Relatórios de Investigações Preliminares.

Os recursos financeiros só chegam, via de regra, no final do primeiro trimestre, o que prejudica a execução do planejamento de instaurações de procedimentos disciplinares, operações, palestras e outras programações de natureza preventiva ou repressiva.

No primeiro semestre do ano de 2012, a Corregedoria Regional da 18ª SRPRF/MA contava com cinco servidores, sendo: o Corregedor Regional, o Chefe do Núcleo Assuntos Internos, um administrativo e mais dois policiais. Contava também com servidora terceirizada que realizava serviços relativos à inserção de dados na rede interna da Corregedoria e controle de movimentação processual.

No segundo semestre de 2012, em 19/10/12 foi designado novo Corregedor Regional sendo o

titular transferido para a 19ª SRPRF/PA.

Hoje a CR/18 conta com seis servidores policiais, no entanto um deles aguarda remoção para a atividade-fim através do Sistema Nacional de Remoções (SISNAR).

4.2.2 Ação 8703 – Atividade Correicional

Em 2011 foram instaurados 36 processos/sindicâncias, sendo em 2012, instaurados 33 processos/sindicâncias. No início do exercício a demanda reprimida era de 171 (cento e setenta e um) processos e no final do exercício era de 77 (setenta e sete) processos.

A implantação do sistema de instrução preliminar de procedimentos tem influenciado positivamente na diminuição dos processos em fase de instrução, bem como na diminuição de sindicâncias investigativas instauradas.

Visando dar maior celeridade aos trabalhos apuratórios das comissões processantes, muitos dos procedimentos considerados em fase de instauração foram encaminhados para a realização prévia de instrução preliminar proporcionando um melhor delineamento do escopo apuratório garantindo o exercício mais efetivo da ampla defesa, do contraditório e a busca da verdade real com maior segurança jurídica.

4.2.3 Gestão Processual

Utilizando o instrumento das instruções preliminares, com rito mais célere e na maior parte das vezes sem nenhum gasto com pagamento de diárias, obtivemos um declínio do número de processos aguardando instauração.

Finalizamos o exercício anterior (2011) com um passivo de 45 processos em fase de instrução preliminar ou aguardando instauração, e, apesar da autuação de 51 novos procedimentos em 2012, foram encerrados 18 (dezoito) sem instauração e 33 (trinta e três) instaurados, sendo 9 (nove) destes encerrados com julgamento.

Finalizamos o ano de 2012 com 77 processos: 27 (vinte e sete) aguardando realização de instruções preliminares, 4 (quatro) em análise de admissibilidade, 1 (um) aguardando instauração, 36 (trinta e seis) processos em andamento e 9 (nove) aguardando julgamento.

4.2.4 Inspeção

Em 2012 foram realizadas fiscalizações relacionadas ao sistema de AGS, realizadas em todos os postos pertencentes à 18ª SRPRF/MA, bem como inspeções nas Delegacias e respectivos postos pertencentes a circunscrição da regional, nos períodos críticos de grande tráfego de veículos nas rodovias federais (carnaval, semana santa e Tiradentes).

4.2.5 Metas Para 2013

Continuar utilizando o sistema de instrução preliminar dos procedimentos pelo Núcleo de Assuntos Internos, e, nos casos que couber, no início do exercício, período em que geralmente não há disponibilidade de recursos, instaurar processos e sindicâncias urgentes, prestes a prescrever.

Promover instaurações de processos disciplinares regularmente, com a perspectiva de otimização de instaurações com relação ao exercício anterior, a partir do momento em que houver disponibilidade de recursos, com exceção dos procedimentos cuja instrução não os exija.

Solicitar a Sra. Corregedora-Geral o apoio, assim como ocorreu em 2012, para que haja a

redução do número de procedimentos administrativos aguardando diligências e a serem instaurados.

Realização de AGS junto aos chefes de Delegacias e Núcleos em todos os postos das Delegacias, tão logo haja disponibilidade financeira. A intenção é de que seja executada pelo menos duas a cada mês. Serão ainda convidados a realizar inspeções, os chefes das Seções e Núcleos da Sede da Regional, em casos extraordinários.

Paralelamente, o Núcleo de Assuntos Internos estará, dentro do possível, promovendo inspeções veladas (com veículos descaracterizados e equipamento de observação à distância).

Também planejamos realizar reuniões periódicas nas Delegacias, nas quais faremos *workshops com estudos de casos*, estimulando a ética profissional entre os servidores, e a aplicação do Projeto Corregedoria Participativa e do AGS.

Pretendemos otimizar o número de operações e diligências realizados em 2012, com vistas a investigação de condutas possivelmente irregulares praticadas por servidores dando uma resposta mais célere as demandas da sociedade.

Necessidade de, pelo menos, mais dois policiais lotados na Corregedoria, sendo um substituir o servidor responsável pela GECART e outro para substituir um servidor da GEAP, pois ambos aguardam transferência para área fim.

Necessidade de se formar uma comissão permanente para “abraçar” os procedimentos atualmente em fase de instauração.

Aquisição de um veículo caracterizado de uso restrito da Corregedoria e NUAJ.

4.2.6 Considerações Finais

Para que haja redução considerável no número de autuações, há de haver um trabalho preventivo bem como a realização de uma “força tarefa” destinada a diminuição da demanda processual reprimida, criando espaços para a aprimoração constante dos serviços prestados à sociedade assegurando o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores.

4.3 Cumprimento pela instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Atendendo ao que dispõe o subitem 3.5 da Portaria – TCU nº 150, de 3 de julho de 2012, salientamos que os preceitos contidos nos artigos 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, expedida pela Controladoria-Geral da União – CGU, que tratam dos prazos para inserção de dados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, bem como da integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações registradas, foram integralmente atendidos pela Corregedoria-Regional desta UJ.

5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

Os itens **4.1.1 - Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ** (*Quadro A.4.1 - Programa de Governo constante do PPA – Temático*) e **4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ** (*Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção*), previstos na Portaria TCU nº 150, de 03 de julho de 2012, não se aplicam a este Órgão, haja vista que o DPRF/MJ não possui Programa Temático ou Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado, definidos no PPA (*Lei nº 12.593/2012*) sob sua responsabilidade direta.

5.1.1 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro I - Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0825					
Descrição	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.					
Programa	2070 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA					
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
37.769,77	37.769,77	37.769,77	36.569,77	1.200,00	1.200,00	36.569,77
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Ampliar os procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais	Unidade	Prejudicado		**	**
02	Implantar 1 monitoramento eletrônico (OCR) - Sistema Alerta Brasil	Unidade	Prejudicado	Nenhuma unidade implantada	**	**
03	Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Unidade	Prejudicado	Não Implantado o sistema no âmbito do NUINT.	**	**

Fonte: DPRF/MJ

NOTA: O PPA 2012-2015 não contemplou em sua estrutura a fragmentação da meta prevista para todo o período, razão pela qual o preenchimento de alguns campos da coluna referente à Meta Física prevista para o exercício 2012 restou prejudicado.

** Quanto aos valores a serem contemplados na coluna “Meta Financeira”, quando existente, diante da especificidade da matéria, informamos que tais dados estão discriminados de forma segura em campo próprio dos quadros detalhadores de cada uma das Ações executadas pelo DPRF.

Análise Crítica:

Fonte: CGO/DPRF e EPE/DPRF.

Fiscalização de Pessoas: a PRF atuou de forma efetiva e contínua na fiscalização de pessoas nas rodovias federais. Foram fiscalizados condutores de veículos e passageiros de ônibus, criminosos foragidos da justiça e com mandado de prisão em aberto foram detidos. Visando alcançar a meta de prevista de pessoas até 2015, a meta para 2013 é bem mais ambiciosa.

Sistema Alerta Brasil: Processo nº 08650.001.828/2011-01. Em 2013 serão licitados e implantados 30 pontos, que servirão de piloto do projeto. Para implantação de novos pontos (36 restantes), está em fase de contratação de Projeto Executivo para o levantamento do projeto de instalação de cada ponto. Processo nº 08650.000.895/2012-81 – em fase de cotação: a PRF encontra dificuldades em conseguir cotações para o objeto desde o final do mês de agosto/2012, sendo que, até o momento, nenhuma cotação foi enviada; e

Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do DPRF: o sistema no âmbito da COINT já foi adquirido. O Projeto Alerta Brasil terá embarcado solução de inteligência, para tanto, foi publicado no DOU, em 19/11/2012, edital do pregão, com abertura das propostas em 12/12/2012, sob o processo nº 08650.000.894/2012-37. O pregão encontra-se na fase de análise das propostas.

Identificação do Objetivo						
Código		0830				
Descrição		Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.				
Programa		2070 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA				
Órgão Responsável		MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Implantar 1 monitoramento eletrônico (OCR) - Sistema Alerta Brasil. policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal.	Unidade	Prejudicado	Em fase de contratação.	**	**
02	Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e	Unidade	Prejudicado	Em fase de Planejamento	**	**

	gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores.					
03	Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual.	Unidade	Prejudicado	Em fase de Planejamento	**	**
04	Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal.	Unidade	Prejudicado	0	0	0

NOTA: O PPA 2012-2015 não contemplou em sua estrutura a fragmentação da meta prevista para todo o período, razão pela qual o preenchimento de alguns campos da coluna referente à Meta Física prevista para o exercício 2012 restou prejudicado.

** Quanto aos valores a serem contemplados na coluna “Meta Financeira”, quando existente, diante da especificidade da matéria, informamos que tais dados estão discriminados de forma segura em campo próprio dos quadros detalhadores de cada uma das Ações executadas pelo DPRF.

Análise Crítica:

Meta 01.

Fonte: EPE/DPRF.

Implantação de 1 OCR – Alerta Brasil: Encontra-se em fase de contratação de Projeto Executivo para o levantamento do projeto de instalação de cada ponto. Processo nº 08650.000.895/2012-81 – em fase de cotação: a PRF encontra dificuldades em conseguir cotações para o objeto desde o final do mês de agosto/2012, sendo que, até o momento, nenhuma cotação foi enviada;

Meta 02.

Fonte: COEN/DPRF.

Não foram estabelecidas metas físicas e financeiras para o cumprimento desta meta, tendo em vista que se trata do início de um trabalho de definição e mapeamento de competências institucionais, sendo impossível nesta etapa do trabalho mensurar quantas competências serão mapeadas.

Entretanto, foram estabelecidas quatro etapas para o desenvolvimento do projeto de Gestão por Competências da PRF – GCPRF: (1) Capacitação de servidores e definição dos Consultores da PRF; (2) Definição das Competências Institucionais e realização de *workshops* com gestores, consultores e grupos focais; (3) Mapeamento de competências propriamente dito e; (4) Identificação das Lacunas (GAP) de competências e Plano de Capacitação.

Em 2012 foi concluída a primeira etapa e parte da segunda, com a capacitação de servidores, a publicação da Portaria DG nº 125, de 24 de setembro de 2012, designando os consultores internos e setoriais, e a realização de *workshop* dos Grupos focais, contando com a participação de Superintendentes, Coordenadores e Consultores.

Para o exercício 2013 está programada a validação semântica das competências redigidas pela Direção deste Departamento, assim como nova capacitação com os consultores, para início da execução do inventário de competências em regionais, a serem definidas, e o cruzamento das informações levantadas para identificar as prioridades de capacitação da PRF e elaborar o Plano de Capacitação.

Meta 03.

Fonte: COEN/DPRF.

A Coordenação de Ensino do Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem por objetivo dotar os servidores de conhecimento e habilidades que garantam a adoção de atitudes e ações profissionais que contribuam para o cumprimento da missão da PRF, refletindo seus valores e metas.

As ações de capacitação visam ainda contribuir para intensificar ações de garantia dos Direitos Humanos, fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito, fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo, com ênfase na prevenção, ampliar e aperfeiçoar o atendimento pré-hospitalar e o resgate emergencial e iniciar a implementação da perícia de acidentes e aprimorar o registro de ocorrências permitindo estudos estatísticos e desenvolvimento de estratégias operacionais de atuação, desta forma, fortalecendo a imagem institucional da PRF.

A Coordenação de Ensino busca também a democratização do ensino entre as diversas Unidades Desconcentradas, seja pela disponibilização de plataformas de ensino à distância, seja pela desconcentração de recursos orçamentários. Neste sentido, em 2012, fomentou a disponibilização de vagas para capacitação de servidores da Regional.

Tendo em vista que a fase de mapeamento de competências ainda está em andamento, a execução deste objetivo, bem como a definição de metas físicas e financeiras foram prejudicadas.

Contudo, em 2012 foram disponibilizadas vagas para capacitação de servidores, nas diversas áreas, inclusive em cursos à distância, por plataforma própria e em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, bem como foram desenvolvidas parcerias com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), visando a promoção de capacitação de servidores no “Curso de Aperfeiçoamento em Técnicas para Fiscalização do Uso de álcool e outras Drogas no Trânsito Brasileiro”.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados foram a falta de instalações próprias, de recursos humanos alocados em quantitativo suficiente para atendimento das demandas e de um sistema de gerenciamento de dados de ensino.

Meta 4.

Fonte: SAF/18ª SRPRF

Numa análise inicial temos que em relação ao **Cumprimento das metas:** A execução desta ação não foi contemplada nesta UJ. Assim, não alcançamos a meta prevista para executarmos pois, apesar de termos projetos prontos, não houve descentralização orçamentária para a execução.

Inicialmente vimos que para o objetivo '0830' previsto no PPA, em relação à parte de infraestrutura de obras temos o seguinte:

	Inicial	Final	Executado
Dotação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Meta Física	Inicial	Final	Executado
	6	3	0
Percentual			0%

A carência no efetivo não se afigura uma realidade apenas da área técnica do DPRF – Sede, mas também de todas as suas Unidades Desconcentradas, as quais, mesmo dispo de um efetivo reduzido, precisam disponibilizar equipes de pessoal para participar ativamente de projetos estratégicos relacionados à Ação sob apreço.

Conforme demonstrado acima a meta estabelecida para o exercício 2012 não foi alcançada, contudo, os esforços desta Administração PRF no sentido de promover uma crescente capacitação de servidores em áreas sensíveis/estratégicas para a Polícia Rodoviária Federal, contribuirão para o atingimento desta meta nos exercícios vindouros.

Identificação do Objetivo						
Código	0833					
Descrição	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática					
Programa	2070 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA					
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Alcançar com ações de educação para o trânsito pessoas até 2015.	Unidade				
02	Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional.	Unidade	Prejudicado	prejudicado	**	**
03	Ampliar o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais.	Unidade	Prejudicado		**	**
04	Ampliar o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia.	Unidade	Prejudicado		**	**
05	Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados.	Unidade	Prejudicado	Não implantado no âmbito regional	**	**
06	Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 1 ponto crítico de rodovias.	Unidade	Prejudicado	Não implementado	**	**

NOTA: O PPA 2012-2015 não contemplou em sua estrutura a fragmentação da meta prevista para todo o período, razão pela qual o preenchimento de alguns campos da coluna referente à Meta Física prevista para o exercício 2012 restou prejudicado.

** Quanto aos valores a serem contemplados na coluna “Meta Financeira”, quando existente, diante da especificidade da matéria, informamos que tais dados estão discriminados de forma segura em campo próprio dos quadros detalhadores de cada uma das Ações executadas pelo DPRF.

Análise Crítica:

Meta 01.

Fonte: COEN/DPRF

A Educação para o Trânsito até 2012 foi executada pela Divisão de Planejamento, Ensino à Distância e Educação de Trânsito, que era responsável por coordenar as Ações de Educação para o Trânsito e implementar os projetos nacionais de Educação para o Trânsito em conjunto com as Comissões Regionais de Educação para o Trânsito – CRETs. Para o exercício 2012, o público alcançado pelos projetos abrange crianças, jovens, adultos, idosos, profissionais e condutores usuários da rodovia. Foi estabelecido o desenvolvimento de ações prioritárias: a realização de Palestras e de Projetos para Motoristas Profissionais, em parceria com empresas.

Carência de efetivo, recursos escassos e falta de estrutura das Comissões Regionais de Educação para o Trânsito contribuíram para o não atingimento da meta esperada para o exercício.

Meta 02.

Fonte: EPE/DPRF

SAMU Rodoviário Nacional: meta incluída no Plano de Prevenção e Redução de Acidentes do Plano, que foi absorvido pelo Plano de Enfrentamento à Violência no Trânsito que está sendo construído junto à Casa Civil, com previsão orçamentária para 2013.

Meta 03.

Fonte: CGO/DPRF

Veículos Fiscalizados: A fiscalização veicular visa coibir as infrações de trânsito e a criminalidade nas rodovias federais. Através dessa atuação foram apreendidos maconha, cocaína e armas de fogo. Foram realizadas autuações de trânsito e foram recuperados veículos roubados. A meta de fiscalização de veículos para 2013 é mais ambiciosa.

Meta 04.

Fonte: CGO/DPRF

Procedimentos de Fiscalização de Alcoolemia: Os acidentes e mortes envolvendo motoristas embriagados são os que causam maior reflexo na sociedade. Visando coibir essa prática o governo federal vem apertando o cerco contra os motoristas que se embriagam e dirigem, colocando em risco a vida de inocentes. Em 2012 as operações com etilômetro foram planejadas para determinados horários e locais com maior incidência destas praticas delituosas. Foram realizadas prisões de condutores

embriagados e autuações por alcoolemia. Todas essas ações contribuíram para que em 2012 o número de acidentes e mortes fosse inferior ao de 2011, mesmo com o aumento da frota nacional em mais de 6.000.000 de veículos. Porém, as metas constantes do PPA são bem mais desafiadoras. Neste sentido, para em 2013, foi definido como meta desafiadora: a execução de mais testes de etilômetro.

Meta 05.

Fonte: EPE/DPRF

Centrais de Comando e Controle Regionais: esta meta não foi implementada nesta UJ em 2012, porém a CIOP da 9ª SRPRF/RS foi migrada para o conceito de Central de Comando e Controle e a CIOP da 5ª SRPRF/RJ está com processo junto à ANTT, para que sejam utilizados recursos das concessionárias para a mesma migração.

Meta 06.

Fonte: EPE/DPRF

Monitoramento Eletrônico com Câmeras: Não foi implementados na UJ. Porém foram implantados 78 pontos de monitoramento com câmeras no Rio Grande do Sul, sendo 24 pontos pela PRF e 54 pontos pelas Concessionárias de Rodovias Federais. Estima-se em 2013, investimentos provenientes do Enafron e do Plano de Redução de Acidentes.

5.1.2 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 5 - Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03DO					
Descrição	Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões					
Objetivo	0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.					
Órgão ou Unidade Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação apoiada	Unidade				

NOTA: Isto não se aplica a esta UJ, pois não estamos em área de fronteira.

Identificação da Iniciativa						
Código	03DW					
Descrição	Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial					
Objetivo	0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Órgão ou Unidade Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação realizada	Unidade				

NOTA: Isto não se aplica a esta UJ.

Análise Crítica:

Fonte: DOINT/COINT.

O contingenciamento, que apresentou limites financeiros, impediram o planejamento de operações de Inteligência que pelo princípio da oportunidade não puderam ser executados.

A implementação do Sistema para área de inteligência feito a partir do início de 2012 tinha a previsão de se consolidar em todas as regionais em até dois anos, porém no final do ano todas as regionais já estavam completamente integradas ao Sistema.

Identificação da Iniciativa						
Código	03DY					
Descrição	Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União					
Objetivo	0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Órgão ou Unidade Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor capacitado	Unidade				

NOTA: As iniciativas não possuem metas no PPA, somente os objetivos. No caso concreto, a meta informada refere-se à ação **2524 – CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**, única ação orçamentária da iniciativa **03DY**.

Análise Crítica:

Fonte: COEN/DPRF

Preliminarmente, cumpre registrar que, conforme estabelecido no PPA, as iniciativas que integram as metas dos objetivos de cada programa não contemplam, em sua essência, metas físicas ou financeiras a serem atingidas e/ou executadas.

Em relação à temática sob apreço, consta em quadro próprio descritor da Ação **2524 – capacitação dos servidores do departamento de polícia rodoviária federal**, informações que guardam estreita relação com a iniciativa em comento.

Saliente-se que, neste caso, a meta a ser informada refere-se exclusivamente à Ação acima epigrafada.

Identificação da Iniciativa						
Código	03E1					
Descrição	Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Objetivo	0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.					
Órgão ou Unidade Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Não se aplica	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: CGPLAM

NOTA: As iniciativas não possuem metas no PPA, somente os objetivos.

Análise Crítica:

Fonte: CGPLAM.

Não foram elencadas metas para a Iniciativa, nem foram dados passos significativos no que tange à infraestrutura, o que refletirá diretamente em uma atuação de excelência da UJ no cumprimento de sua missão.

O maior impedimento enfrentado foi relativo à falta de mão-de-obra para avançar com a parte burocrática, principalmente no que tange à parte de obras, haja vista a UJ não possuir quadro de técnicos especializados próprios nas áreas de engenharia civil e tecnologia da informação.

Identificação da Iniciativa						
Código	03EH					
Descrição	Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro					
Objetivo	0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.					
Órgão ou Unidade Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
---	Não se aplica	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: SPF/18ª SRPRF/MA

NOTA: As iniciativas não possuem metas no PPA, somente os objetivos.

Análise Crítica:

Fonte: CGO/DPRF

Em 2012 a PRF realizou diversas capacitações com os seus chefes de delegacia na análise estatística de acidentes e mortes nas rodovias, a fim de que o planejamento operacional fosse realizado com maior eficiência, distribuindo os recursos nos locais com maior incidência de acidentes. Nas grandes operações em feriados foram estabelecidas metas desafiadoras de fiscalização de veículos, pessoas e testes de alcoolemia, com acompanhamento diário da execução.

Cabe ressaltar a realização do projeto Rodovida do Ministério da Justiça em conjunto com o Ministério dos Transportes e o Ministério das Cidades onde os órgãos envolvidos investiram pesadamente em ações publicitárias de conscientização do cidadão em relação ao excesso de velocidade e alcoolemia no trânsito. Todos esses fatores foram preponderantes para os bons resultados obtidos pela PRF. O número de mortes e de acidentes foram todos reduzidos em relação à 2011, tanto em valores absolutos como no indicador que leva em consideração o aumento da frota nacional de veículos.

Identificação da Ação			
Código	20IC		
Descrição	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS – ENAFRON		
Iniciativa	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões		
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ		
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Dotação	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
37.769,77	37.769,77	37.769,77	36.569,77	1.200,00	1.200,00	36.569,77
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação Apoiada	unidade				

Fonte: SAF/18ª SRPRF/MA

Análise Crítica:

Fonte: CGO/DPRF

A UJ teve efetiva participação na “Operação Sentinela que foi realizada em todos os estados fronteiriços, de janeiro a dezembro. Em 2012 em média, foram mobilizados policiais especializados no combate à criminalidade.

Entre os principais resultados destas operações estão a apreensão de 66 toneladas de maconha, 5.919 Kilos de cocaína, além da apreensão de 609 armas de fogo e 4.678 pessoas presas em flagrante.

A inscrição de Restos a Pagar se deu em virtude da não liquidação no exercício de bilhetes de passagens aéreas, devido à impasse com a agência de fornecimento de passagens aéreas para a regional.

Identificação da Ação						
Código	14N7					
Descrição	AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00			0,00	0,00		0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Motocicleta adquirida					

Fonte: SAF/18ª SRPRF

Análise Crítica:

Fonte: CGO/DPRF

Em 2012, a Presidência da República, por meio de uma medida provisória, liberou uma verba de 22 milhões para aquisição de motocicletas para a PRF. Com este recurso adquirimos 522 motos:

- 68 Honda/ XRE300, para treinamento e patrulhamento urbano;
- 246 Honda/ NC700, para patrulhamento urbano e escolta; e
- 208 Harley-Davidson/ Road King Police.

A UJ recebeu 4 motocicletas Honda/NC700 em 31 de dezembro de 2012.

A respeito da utilidade desse tipo de veículo na Polícia Rodoviária Federal destacam-se a realização do serviço de escolta de autoridades, o patrulhamento ostensivo das rodovias federais em áreas rurais e o motopolicciamento em áreas urbanas.

O serviço de escolta e batedor realizado pelo motociclismo da PRF é reconhecido pela sua excelência e será empregado em todos os eventos de grande vulto que serão realizados no país (Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo FIFA).

O patrulhamento ostensivo das rodovias federais em áreas rurais quando realizados com motocicletas proporcionam maior visibilidade, uma vez que é sempre realizado por duplas, aumentando a sensação de segurança dos usuários.

O policiamento das rodovias federais em áreas urbanas realizado com a utilização de motocicletas com características de Maxitrail (Honda/NC700X) tem-se mostrado mais eficiente devido a maior agilidade desse veículo em trânsito congestionado e tem produzidos resultados bastante positivos nas regionais onde vem sendo empregado. Nessas situações há necessidade do emprego de técnicas mais específicas no quesito segurança na abordagem e condução de motocicleta.

Dentro dos planejamentos do NUMOT está a elaboração da nova Instrução Normativa para o motociclismo que regulará a atividade buscando fomentar o uso das motocicletas no âmbito das Regionais proporcionando uma maior qualidade do trabalho do policial motociclista tendo em vista tratar-se de uma das atividades mais perigosas da nossa polícia, porém, uma das mais gratificantes.

Identificação da Ação						
Código		1D49				
Descrição		CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Iniciativa		04AD - Construção do novo edifício sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Edifício-Sede Construído	Percentual de execução física				

Análise Crítica:

Fonte: CGPLAM

Não se aplica à UJ, pois a Sede é em Brasília-DF.

Identificação da Ação	
Código	200G
Descrição	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE POSTOS E DELEGACIAS DA POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.

Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Obra realizada	Unidade	0	0	0	0,00

Fonte: SAF/18ª SRPRF/MA

Análise Crítica:

Fonte: CGPLAM

A meta para a ação 200G – Construção e Ampliação de Postos e Delegacias da Polícia Rodoviária Federal estabelecida em 2012 não foi realizada na UJ.

As equipes da CGPLAM estavam, durante o ano de 2012, em formação ou em transformação. Muitos servidores saíram das áreas desta coordenação e a continuidade dos serviços sofreu com rupturas e quebras de continuidade. Até que as áreas se estabilizassem com os novos servidores que deveriam pegar o serviço para dar continuidade aos mesmos algum tempo se perdeu.

Muitos dos policiais designados nas regionais como AIP – Agentes de Infra-Estrutura não possuem esta designação como única atividade a ser desempenhada por eles, sendo muito mais uma atividade realizada por dedicação pessoal dos designados do que por imposição normativa do Departamento.

A meta para o ano de 2012 não foi alcançada na UJ.

Identificação da Ação						
Código		2524				
Descrição		CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Iniciativa		03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
		36.039,26	29.831,95		6.207,31	29.8351,95
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor capacitado	Unidade			36.039,26	29.831,95

Fonte: SAF/18ª SRPRF/MA

Análise Crítica:

Fonte: NUCAP/18ª SRPRF

A capacitação foi uma das principais ferramentas utilizadas para o alcance da eficiência institucional, através da disseminação de conhecimentos relativos às diversas áreas de atuação, com destaque para as ações de policiamento rodoviário.

A Coordenação de Ensino, unidade da estrutura orgânica da Coordenação Geral de Recursos Humanos, continua a manter a competência para elaborar o planejamento macro institucional e mais uma vez foi a responsável pelas decisões acerca da implementação do planejamento concebido pela Unidade, visando o treinamento e desenvolvimento de servidores, descentralizando recursos orçamentários para custeio de despesas com diárias e passagens aéreas.

Os principais problemas enfrentados no desenvolvimento das ações, estiveram relacionados à falta de motivação dos servidores em participar dos eventos de capacitação. No exercício de 2013 a Unidade fará uma intensa mobilização visando conscientizar esses servidores para a importância de se adquirir novos conhecimentos e reforçar os já concebidos.

Tabela 11-Capacitação de Servidores

EVENTO/LOCAL	C H	PERÍODO	PARTICIPANTES				CUSTO – R\$
			PRF	ADM	OUTROS	TOTAL	
Capacitação p/ Chefe do NUOFI:	40h	06 a 10/02	02	00	00	02	5.990,96
Workshop - Capacitação de Servidores do DPRF:	32h	13 a 16/03	01	00	00	01	2.563,94
Curso de Formação de Instrutores - 2012:	280h	22/04 a 05/05 15/04 a 05/05	02	00	00	02	5.806,39
Curso de Formação para Motociclista Batedor/2012:	216h	07/05 a 02/06	01	00	00	01	5.324,06
Curso de Formação para Motociclista Batedor/2012-3ª turma:	224h	06/05 a 02/06	04	00	00	04	9.726,96
XXII Curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime:	152h	27/05 a 14/06	02	00	00	02	9.192,02
Workshop: O olhar da PRF para os direitos humanos:	24h	27 a 29/06	01	00	00	01	1.461,14
Curso Mapeamento de Competências:	48h	31/07 a 02/08 07 a 09/08	02	00	00	02	6.075,88
Capacitação em Recursos Humanos:	104h	29/07 a 10/08	01	00	00	01	4.291,52

Curso Siape Cadastro	56h	04 a 10/11	01	00	00	01	2.088,26
Curso Siape Aposentadoria e Pensão:	56h	04 a 10/11	01	00	00	01	2.780,07
Curso Extrator de Dados e Data Warehouse:	56h	04 a 10/11	01	00	00	01	2.524,07
Curso Lei 8112 e Legislação Correlata:	56h	25/11 a 01/12	01	00	00	01	2.035,16
Curso Básico de Inteligência Policial -Turma 2:	104h	04 a 16/12	01	00	00	01	5.461,66
I Workshop de Gestão por Competências:	40h	10 a 14/12	01	00	00	01	4.370,54
Curso Lei 8112 e Legislação Correlata Aplicação Segep-Polo Fortaleza/CE:	56h	19 a 25/08	01	00	00	01	2.079,21
Treinamento em Sistema de Interação de Base de Dados:	112h	09 a 22/09	01	00	00	01	4.070,71

Fonte: NUCAP/18ª SRPRF

Identificação da Ação						
Código		2723				
Descrição		POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS				
Iniciativa		03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
		1.151.039,88	814.488,11		336.551,77	814.488,11
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Procedimento realizado	Unidade				

Fonte: SAF/18ª SRPRF/MA

Análise Crítica:

Fonte: CGO/DPRF

Em 2012 todas as grandes operações nacionais foram planejadas com ambiciosas metas regionais de fiscalização de pessoas e veículos. Durante estas operações, as metas foram acompanhadas

diariamente e cobradas o seu cumprimento de todos os gestores responsáveis. Foram dadas ênfase à fiscalização de alcoolemia, ultrapassagem proibida e excesso de velocidade, o que redundou em diminuição dos acidentes e mortes comparando 2012 e 2011, tanto em números absolutos como em números relativos levando-se em conta o aumento da frota nacional.

Identificação da Ação						
Código		2816				
Descrição		SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Iniciativa		03DW - Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
		54.772,62	54.772,62			54.772,62
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação realizada	Unidade			54.772,62	54.772,62

Fonte: SAF/18ª SRPRF/MA

Análise Crítica:

Fonte: NUINT/18ª SRPRF/MA

Durante o ano de 2012, o Núcleo de Inteligência realizou várias ações no sentido de combater a criminalidade nas rodovias federais, como também crimes que atentavam contra a própria Instituição e a seus servidores. É importante destacar a parceria firmada com outros órgãos, como Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Ministério Público Estadual, Procuradoria do Trabalho, Grupo Estadual de Combate ao Crime Organizado – GECOC, dentre outros, e com setores da própria Instituição, como os Núcleos de Multas e Penalidades, de Operações Especiais e Delegacias da Superintendência.

Dentre as ações desenvolvidas, destacaram-se:

Em janeiro, foram realizadas diligência no sentido de buscar informações sobre as armas do DPRF recuperadas em São Luís e Santa Inês.

Em janeiro também, foi realizado mapeamento de máquinas caça-níqueis nas BR's 135, 222, 316 e 402, objetivando realização de Operação futura.

Em fevereiro, foi realizada Operação Carnaval conforme diretrizes da Direção Geral do DPRF.

Em março, foi realizado acompanhamento do exame de capacidade física e avaliação psicológica dos candidatos do concurso público realizado pelo DPRF em 2009.

Em abril, foi realizada operação de contra-inteligência e monitoramento de pontos alvos onde foram encontrados caça-níqueis nas BR's 135, 222, 316 e 402, acarretando a apreensão de grande quantidade deste tipo de material.

Em maio, foi realizada a segurança da Diretora-Geral do DPRF/MJ quando da sua passagem pelo Maranhão.

Em junho, foi desencadeada investigação sobre ocupação irregular da faixa de domínio da União por vendedores ambulante nas margens da BR 135, em São Luís, objetivando subsidiar tomada de decisão do Superintendente Regional.

Em junho ainda, foi realizada operação de combate a exploração sexual infanto juvenil no Maranhão, atendendo solicitação da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região.

Em junho também foi realizado monitoramento de veículos de carga que transportam carvão vegetal do Pará para o Maranhão, atendendo solicitação da Coordenação Nacional de Inteligência.

Em julho, foi desencadeada em conjunto com o GAECO - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público Estadual/MA, com apoio da Polícia Civil, Polícia Federal e Vigilância Sanitária do Estado do Maranhão uma Operação de combate a fabricação clandestina de cigarros na Região Tocantina, onde após investigação, foi desmontada uma fábrica clandestina de cigarros e apreendido grande quantidade de cigarro falsificado.

Em julho, foi mapeado os pontos de venda de anfetaminas/entorpecentes e de exploração sexual de crianças e adolescentes, sendo desencadeada posteriormente Operação com apreensão de grande quantidade de anfetamina.

Durante todo o ano de 2012 foi desencadeada a Operação Gurupi, tendo como objetivo prender os assassinos do PRF Breno, ocorrido em 2010 em Junco do Maranhão, tendo como resultado parcial a prisão de dois acusados no Estado da Bahia.

Durante o ano componentes do Nuint/MA atenderam convocações da Coordenação Geral de Inteligência e participaram de Operações Nacionais.

Identificação da Ação						
Código		8623				
Descrição		REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Iniciativa		03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

01	Unidade reformada/modernizada	Unidade				
-----------	--------------------------------------	----------------	--	--	--	--

Fonte: SAF/18ª SRPRF/MA

Análise Crítica:

A meta para a ação 8623 não foi alcançada na UJ. Apesar disso, durante o ano de 2012 foram executadas com a verba destinada para o Nacional: 36 (trinta e seis) obras de reforma, 19 (desenove) projetos para reforma, perfazendo um total de 56 (cinquenta e seis) unidades atendidas.

O empenho no valor de R\$51.464,90 trata-se de reconhecimento de dívida, referente aos serviços prestados pela empresa COMEIA, que teve os contratos 01,02 e 30/2010 rescindidos, sendo que foi encontrados notas/faturas de serviços da última medição realizada, que não foram liquidadas no período e os empenhos haviam sido cancelados. Assim sendo foi solicitado crédito orçamentário na ND 33.90.92, para realização dos empenhos para se pudesse efetuar os devidos lançamentos contábeis, uma vez que a empresa detinha um crédito dos serviços prestados referentes aos processos financeiros 254/2010, 255/2010 e 256/2010 e um débito referente á multa aplicada por Inexecução contratual. Foi gerada GRU no valor de R\$ 38.154,38, após deduções de encargos.

Unidade	Unidades	Realização	Tipo de fonte	Valor	Valor Agrupado por fonte
18ªSRPF/MA	Unidades reformadas em exercício anterior	Reconhecimento de dívidas	8623	R\$ 51.464,90	

Fonte: SAF/18ª SRPRF

Identificação da Ação						
Código	8698					
Descrição	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO					
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
		774.891,95	453.272,31		321.619,64	453.272,31
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Sistema mantido	Percentual de manutenção			774.891,95	453.272,31

Fonte: SAF/18ª SRPRF

Análise Crítica:

Fonte: CGPLAM

Vislumbrando a diretriz de melhoria dos processos de administração e gerenciamento, a CGPLAM, no ano de 2012, realizou grandes aquisições, entre elas: a aquisição do sistema de Rádio

Digital com capilaridade em todo o território nacional; contratou um sistema para o Monitoramento de Viaturas com a utilização em mais de 2.000 veículos permitindo uma maior visualização dos posicionamentos de nossas equipes e possibilitando uma diminuição do tempo de resposta no atendimento de ocorrências de acidentes/crimes.

Para as comunicações internas de nossas regionais a Coordenação tem trabalhado na melhoria do sistema de telefonia via protocolo IP (VoIP), sistema que nos possibilita uma maior integração com baixo custo, otimizando este tipo de contato entre os servidores.

No âmbito da comunicação entre servidores do DPRF fora das sedes administrativas a Regional realizou a contratação de Empresa Telefonia Móvel Nacional permitindo assim uma maior comunicação entre os servidores, inclusive fora de suas regionais de lotação a um custo menor.

Informações sobre rodovias, multas, servidores, por meio da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis.

Para a área administrativa encontra-se em fase final de implantação o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC, que integrará os sistemas de gestão administrativa de modo a tornar os processos da área meio mais eficazes e efetivos. E com intuito de monitorar as ações estratégicas da instituição foram realizadas ainda melhorias no Sistema de Informações Gerenciais – SIGER, com a implementação de novos módulos, entre eles: Indicadores de Desempenho e o Sinivem.

Suprindo a necessidade de otimização da infraestrutura de TI, da PRF, foram adquiridas unidades de armazenamento de grandes volumes de dados e servidores de grande porte de modo a tornar os serviços prestados pela área de tecnologia mais efetivos. Foram realizados ainda, aditivos contratuais no intuito de aumentar os links de transmissão de dados.

Na Regional houve ainda no ano de 2012 a realização de empenho, com vistas a renovação de do atual parque computacional da PRF, o que proporcionará uma grande melhoria, principalmente na infraestrutura de rede das regionais com a aquisição de equipamentos modernos.

Descritivo de Execução:

- Pagamento dos contratos continuados de Links de Dados, telefonia fixa, telefonia móvel, contratação de serviços de suporte a Dados;
- Aquisição de Servidor Tipo III e IV para a Sede;
- Aquisição de 29 Monitores;
- Aquisição de TB de Storages;
- Aquisição de Notebook's para a sede e delegacias,;
- Aquisição de 1 Torre, perfazendo um total de R\$ 67.500,00;
- Aumento de velocidade de *link* dos postos e delegacias;

Todas estas ações foram realizadas com o objetivo maior de tornar a comunicação e o trabalho desenvolvido por nossos policiais mais célere e eficiente junto à sociedade.

A inscrição em restos a pagar se deve ao fato de que vários dos equipamentos não foram recebidos dentro do exercício, porém se encontram em fase de recebimento.

Identificação da Ação						
Código		86A1				
Descrição		PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Iniciativa		03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Multa processada	Unidade				

Fonte: NMP/18ª SRPRF

Análise Crítica:

Fonte: NMP/18ª SRPRF

O quantitativo de multas processadas em 2012 foi de 36.892 unidades, conforme tabela abaixo.

Por oportuno, cabe registro o fato de que o não atingimento da meta física, esteve associada à redução e/ou suspensão temporária de emissão de NP's, verificada em momentos distintos daquele exercício (maio, junho e setembro), em decorrência de providências administrativas relacionadas ao limite de execução de gastos.

Tabela 12-Quantitativo de Infrações

MÊS DA INFRAÇÃO	MEIO DE AUTUAÇÃO	QUANTIDADE
Janeiro	Total	2883
	Eletrônico	00
	Manual	2883
Fevereiro	Total	4929
	Eletrônico	00
	Manual	4929
Março	Total	2452
	Eletrônico	00

	Manual	2452
Abril	Total	2620
	Eletrônico	00
	Manual	2620
Maio	Total	2952
	Eletrônico	00
	Manual	2952
Junho	Total	2956
	Eletrônico	00
	Manual	2956
Julho	Total	3977
	Eletrônico	00
	Manual	3977
Agosto	Total	2447
	Eletrônico	00
	Manual	2447
Setembro	Total	2471
	Eletrônico	00
	Manual	2471
Outubro	Total	2986
	Eletrônico	00
	Manual	2986
Novembro	Total	3207
	Eletrônico	00
	Manual	3207
Dezembro	Total	3012
	Eletrônico	00
	Manual	3012
ANUAL	Total	36892
	Eletrônico	00
	Manual	36892

Fonte: NMP/18ª SRPRF

Obs: O controle de arrecadação é realizado pelo DPRF. Assim, somente o quantitativo de autuações infrações está disponível.

5.1.3 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro 6- Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	0181					
Descrição	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
		10.544,14	10.544,14			10.544,14
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Não se aplica				10.544,14	10.544,14

Fonte: SRH/18ª SRPRF

Análise Crítica

Por se tratar de folha de pagamento de pessoal não há o que se falar em restos a pagar. Tudo é realizado dentro do ano em exercício.

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
		2.051.590,59	1.705.404,65		346.185,94	1.699.496,56
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Não se aplica				2.051.590,59	1.699.496,56

Fonte: SAF/18ªSRPRF

Análise Crítica

Os recursos orçamentários transferidos para a Unidade foram suficientes para o pagamento das despesas decorrentes dos contratos firmados com empresas para terceirização de serviços. Quanto à aquisição de bens materiais será necessário um incremento no exercício de 2013, tendo em vista que alguns materiais não foram adquiridos devido à indisponibilidade de recursos.

A unidade necessita de mais recursos orçamentários para contratação de terceirizados, para substituir a defasagem de servidores que existe no âmbito administrativo e assim melhorar a qualidade dos serviços prestados á sociedade.

As principais dificuldades da Administração deve-se á falta de Recursos Humanos e um maior comprometimento por parte da equipe Administrativa, vez que todas as atividades relacionadas no âmbito administrativo referente á aquisição de serviços e materiais, manutenção e abastecimento da frota, aquisição de passagens aéreas, realização de Termos de Referências, Projetos Básicos, editais de licitação, realização do pregão e/ou Inegibilidade/ dispensa de licitação, contratação, fiscalização de contratos, aplicação Ed penalidades etc... recaíram sobre a Seção Administrativa e Financeira que funciona com dois servidores: Chefe e substituto. Piorou ainda a situação com a rescisão do contrato de Apoio Administrativo em OUT/2012.

Será necessário uma melhor distribuição de recursos orçamentários para a regional, para que esta possa manter uma qualidade mínima na prestação de serviços á sociedade e bem estar do servidor

As principais despesas executadas na ação são: terceirização e estagiários, manutenção predial, atividades correcionais, leilões de veículos removidos, energia elétrica, água e esgoto, aquisição de material de consumo, licenciamento da frota, locação de bens móveis e imóveis, manutenção de máquinas e equipamentos, correios, imprensa nacional.

No exercício em análise a Unidade realizou despesas para manter e adquirir serviços e materiais que estão discriminados nas tabelas a seguir:

Tabela 13-Despesas Realizadas Decorrentes de Contratos

DISCRIMINAÇÃO	VALOR ANUAL – R\$ 2011	VALOR ANUAL – R\$ 2012
Manutenção de viaturas	258.665,78	198.459,00
Combustível para viaturas	392.738,25	408.793,25
Limpeza e manutenção predial	318.618,28	283.542,85
Convênio para estagiários	5.960,77	-----
Telefonia fixa	86.877,39	89.480,18
Segurança patrimonial	460.313,28	424.778,78
Serviço postal e de malotes	4.712,26	11.065,00
Telefonia móvel	24.295,13	-----
Fornecimento de água	16.018,31	30.091,10
Fornecimento de energia elétrica	233.909,84	216.806,92
Locação de imóveis	24.000,00	29.554,07
Serviço de apoio administrativo	11.786,42	145.407,67
Publicação de atos na Imprensa Nacional	8.821,46	
Serviço móvel de consulta de dados	4.731,41	6.088,92
Serviço fixo de comunicação de dados	483.968,09	403.913,20
Diária e passagens administrativas	96.608,12	86.764,60

Fonte: SAF/18ª SRPRF

Tabela 14-Outras Despesas Realizadas Para Aquisição de Bens e Serviços

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Reinstalação do rádio comunicador no Posto PRF Pedrinhas (c/ fornecimento de cabos 50m e materiais)	7.088,96
Aquisição telhas para recuperação do telhado da sede 18ª SRPRF	7.979,00
Serviço de conserto e recuperação do telhado da sede da 18ª SRPRF	7.920,00
Aquisição de material de consumo, material de expediente e material elétrico para a UJ cf PE 01/2012	16.232,40
Aquisição Café e açúcar para consumo da 18ª SRPRF	4.759,00
Aquisição da água mineral par a consumo na 18ª SRPRF	7.865,00
Aferição de etilômetros	8.722,90
Manutenção de etilômetros	7.036,65
Serviços de recarga de toner para impressoras	3.990,00
Licenciamento de veículos	12.092,60
Aquisição de Pneus .	49.347,62
Aquisição de munições	57.199,88
Aquisição de balança biométrica	2.829,00
Aquisição de dois veículos NISSAN FRONTIER	205.247,00
S erviço manutenção de informática	2.117,42
Aquisição de material farmaceuticos para uso CSR (fitas reagentes etc)	1.756,96
Aquisição de cones de sinalização	36.526,43
Aquisição de computadores	28.347,81
Quisição de nobreakes e servidores de rede	38.199,80
Aquisição de Uniformes (GANDOLAS)	29.812,58
Aquisição de botas táticas	36.937,56
Aquisição de mobiliário (longarinas cadeiras)	19.643,80
Aquisição de material mobiliário (mesas , armários e gaveteiros)	32.423,00
Aquisição de coletes balísticos	150.733,24

Fonte: SAF/18ª SRPRF

A UJ estabeleceu parceria com o Ministério Público do Trabalho 16ª Região, que através de TACs (Termos de Ajustamento de Conduta) disponibilizou bens e materiais que foram incorporados ao Patrimônio da regional, suprindo assim grande parte das necessidades imediatas, que não dispunham de recursos orçamentários no período, a falta de recursos humanos capacitados para realização de certames para aquisição destes bens e serviços e ainda a demanda de tempo que se levaria para aquisição destes em razão de diversas classificações de despesas que deveriam efetuadas para o perfeito enquadramento das aquisições.

Os bens disponibilizados e incorporados estão discriminados na tabela abaixo:

Tabela 15-Aquisições Oriundas de TACs Gerenciados Pelo MPT

TELEVISOR TV LCD 40 LN40D550K7GXZD/SAMSUNG MARCA: SANSUNG	TAC	2
CENTRAL TELEFONICA CENTRAL TELEFÔNICA MODULARE	TAC	2
CONDICIONADOR DE AR . CONDICIONADOR DE AR 18.000BTUS MSS-18CR MIDEA -INT/EXT MARCA: MIDEA MODELO: 18.000 BTUS	TAC	6
CONDICIONADOR DE AR . CONDICIONADOR DE AR 24.000BTUS MSS-24CR MIDEA MARCA: MIDEA	TAC	2
TELEVISOR . TV LCD 32 LN32D400EIGXZD/SAMSUNG MARCA: SAMSUNG MODELO: TV LED 32"	TAC	2
APARELHO TELEFONICO FAC SIMILLE FAX SIMILE KXFT932BR PT MARCA: PANASONIC	TAC	6
CONDICIONADOR DE AR . CONDICIONADOR DE AR 12.000BTUS MSS-24CR MARCA: MIDEA MODELO: 12.000 BTUS	TAC	6
BEBEDOURO ELÉTRICO DE GALÃO BEBEDOURO FRH ELET TB 220V PR 51734 MARCA: LATINA 3.3	TAC	4
PURIFICADOR DE AGUA PURIFICADOR DE ÁGUA LATINA MINERALIZER MARCA: LATINA 3.3	TAC	4
ESCADA COMUM ESCADA DE ALUMÍNIO DOMÉSTICA - SUPREMA	TAC	1
VENTILADOR . VENTILADOR OSCIL MAX PAREDE 50 CM BC 160W	TAC	1
CONDICIONADOR DE AR . CONDICIONADOR DE AR 9.000BTUS MSS-24CR MARCA: MIDEA	TAC	6
APARELHO TELEFONICO . TELEFONE DE MESA COM FIO MARCA: ELGIN	TAC	10
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO MONITOR 16,6" LED ACER MARCA: ACER	TAC	4
APARELHO TELEFONICO . TELEFONE SEM FIO TS10 BASICO PT	TAC	5
IMPRESSORA . IMPRESSORA LASER MONO HP 1102W MARCA: HP	TAC	1
PURIFICADOR DE AGUA PURIFICADOR DE ÁGUA LATINA MINERALIZER MARCA: LATINA 3.3	TAC	8
ESTABILIZADOR . ESTABILIZADOR - SOL 1000UP AUT/115V NET MARCA: MICROSOL MODELO: SOL 1000	TAC	10
ESCADA COMUM ESCADA DE ALUMÍNIO DOMÉSTICA - SUPREMA	TAC	3
PROJETOR . PROJETOR EPSON POWER LITE S12 PLUS MARCA: EPSON MODELO: POWER S12	TAC	2
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO MONITOR 15"6 SAMSUNG MARCA: SAMSUNG MODELO: B 1630N	TAC	2
MICROCOMPUTADOR . CPU INTEL CORE I5, MEMORIA 4GB, HD 500GB MARCA: INTEL	TAC	4
IMPRESSORA . IMPRESSORA MULTILASER COLOR HP AM175A MARCA: HP MODELO: AM175	TAC	10
MONITOR DE VIDEO POLICROMATICO MONITOR LED AOC 15,6 MARCA: AOC MODELO: LED 15,6"	TAC	4
CAMERA DIGITAL CÂMERA FOTOGRÁFICA SONY 16.5MP MARCA: SONY MODELO: 16.1MP	TAC	5
NOTEBOOK . NOTEBOOK SIM, PROC INTEL I5, MEMORIA 6GB, HD 500GB, TELA LED 14" MARCA: POSITIVO MODELO: SIM 7690	TAC	9
ESTABILIZADOR . NOBREAK 1400VA MANAG. NET 4+BIV MARCA: SMS MODELO: 1400 VA	TAC	6
IMPRESSORA . IMPRESSORA HP P1606DN MARCA: HP MODELO: LASERJET P1606	TAC	6

ROTEADOR PARA REDE DE MICROCOMPUTADORES ROTEADOR DIR 615 D-LINK MARCA: D-LINK MODELO: DIR – 615	TAC	6
MESA PARA ESCRITORIO . MESA RETA1400X600B RETA ARG, COM 2 GAV	TAC	11
ARMARIO . ARMÁRIO ALTO 900X500X1600B RET	TAC	5
CADEIRA . CAD POL ROMA ESPALDAR ALTA	TAC	2
CADEIRA . CAD POLTRONA INFO CENTER MED GIR	TAC	11
CADEIRA . CAD POL VIENA ESPALDAR ALTA	TAC	4
CADEIRA FIXA TIPO LONGARINA CADEIRA 3 LUG TIPO LONGARINA	TAC	9
CONDICIONADOR DE AR . SPLIT 12.000 BTUS, UNIDADES INT E EXT MARCA: LG	TAC	10
CONDICIONADOR DE AR . SPLIT 9.000 BTUS UNIDADES INT. E EXT MARCA: LG	TAC	1
CONDICIONADOR DE AR . SPLIT 9.000 BTUS, NIDADE INT. E EXT. MARCA: ELETROLUX	TAC	2

Identificação da Ação						
Código		2004				
Descrição		ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
		825.814,00	825.814,00			825.814,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa beneficiada	Unidade				825.814,00

Fonte: SRH/18ª SRPRF/MA

Análise Crítica

Ação concentrada na Coordenação Geral de Recursos Humanos, cujos resultados serão apresentados no Relatório de Gestão da Unidade Central, entretanto, pode-se informar que no exercício foram concedidas restituições *per capita* no montante de **R\$ 825.814,00** (oitocentos e vinte e cinco mil, oitocentos e quatorze Reais) aos servidores da Unidade e seus dependentes (Fonte: Divisão de Pagamento).

Por se tratar de folha de pagamento de pessoal, todas as metas foram alcançadas no programa, inclusive a liberação de cotas orçamentárias e financeiras suplementares para este fim.

Identificação da Ação						
Código		2010				
Descrição		ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORESE EMPREGADOS				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

		52.668,00	52.668,00			52.668,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criança atendida	Unidade				52.668,00

Fonte: SRH/18ª SRPRF

Análise Crítica

Ação concentrada na Coordenação Geral de Recursos Humanos, cujos resultados serão apresentados no Relatório de Gestão da Unidade Central, entretanto, pode-se informar que no exercício foram concedidos os auxílios no montante de **R\$ 52.668,00** (cinquenta e dois mil, seiscentos e sessenta e oito Reais) aos dependentes dos servidores da Unidade. (Fonte: Divisão de Pagamento).

Por se tratar de folha de pagamento de pessoal, todas as metas foram alcançadas no programa, inclusive a liberação de cotas orçamentárias e financeiras suplementares para este fim.

Identificação da Ação						
Código	2011					
Descrição	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	Unidade				

Fonte: SRH/18ª SRPRF

Análise Crítica

Não houve, tendo em vista que nesta Regional não é concedido o Auxílio-transporte.

Identificação da Ação						
Código	2012					
Descrição	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
		923.054,65	923.064,65			923.064,65
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	Unidade				923.064,65

Fonte: SRH/18ª SRPRF

Análise Crítica

Ação concentrada na Coordenação Geral de Recursos Humanos, cujos resultados serão apresentados no Relatório de Gestão da Unidade Central, entretanto, pode-se informar que no exercício foram concedidos os auxílios no montante de **R\$ 923.054,65** (novecentos e vinte e três mil e cinquenta e quatro Reais e sessenta e cinco centavos) a servidores da Unidade. (Fonte: Divisão de Pagamento).

Por se tratar de folha de pagamento de pessoal, todas as metas foram alcançadas no programa, inclusive a liberação de cotas orçamentárias e financeiras suplementares para este fim, também não há que se falar em restos a pagar. Tudo é realizado dentro do ano em exercício.

Identificação da Ação						
Código		20CW				
Descrição		ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - EXAMES PERIÓDICOS				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	Unidade				

Fonte: SRH/18ªSRPRF/MA

Análise Crítica

Ação concentrada na Coordenação Geral de Recursos Humanos, cujos resultados serão apresentados no Relatório de Gestão da Unidade Central, entretanto, pode-se informar que no exercício foram concedidas restituições *per capita* no montante de **R\$ 825.814,00** (oitocentos e vinte e cinco mil, oitocentos e quatorze Reais) aos servidores da Unidade e seus dependentes (Fonte: Divisão de Pagamento).

Quanto à assistência psicossocial a servidores, não houve, pois a Unidade não dispôs de profissionais habilitados nas áreas de psicologia, psiquiatria e serviço social para o desempenho das ações de assistência ao servidor. Ressalte-se que a ação é de fundamental importância para o equilíbrio emocional dos servidores e nas relações no ambiente institucional e com o público em geral. Foram vários os problemas verificados no exercício que redundaram em afastamentos por longos períodos de alguns servidores.

Identificação da Ação						
Código		20TP				
Descrição		PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Não se aplica					

Análise Crítica

Fonte: SOFIP/CGRH/DPRF

Por se tratar de folha de pagamento de pessoal, todas as metas foram alcançadas no programa, inclusive a liberação de cotas orçamentárias e financeiras suplementares para este fim.

Os problemas que ocorrem, são sempre verificados no meio do ano, agosto, por exemplo, pois as liberações orçamentárias não saem na sua totalidade no início do ano, faltando orçamento sempre nesse período, porém ao solicitar orçamento complementar é atendido sem maiores problemas.

No ano de 2012 houve aumento da despesa com pagamento de pessoal devido a posse de 750 servidores, porém todas as metas foram atingidas ao ponto de haver sobras no final do ano que são devolvidas ao tesouro virando o ano com as contas contábeis em ordem.

Por se tratar de folha de pagamento de pessoal não há o que se falar em restos a pagar. Tudo é realizado dentro do ano em exercício.

Identificação da Ação						
Código	09HB					
Descrição	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS					
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Não se aplica					

Fonte: SRH/18ªSRPRF/MA

Análise Crítica

Ação concentrada na Coordenação Geral de Recursos Humanos, cujos resultados serão apresentados no Relatório de Gestão da Unidade Central.

Por se tratar de folha de pagamento de pessoal, todas as metas foram alcançadas no programa, inclusive a liberação de cotas orçamentárias e financeiras suplementares para este fim.

Por se tratar de folha de pagamento de pessoal não há o que se falar em restos a pagar. Tudo é realizado dentro do ano em exercício.

Identificação da Ação						
Código		2000				
Descrição		ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	0,00	0,00			0,00

NOTA: Reinscrição de restos a pagar relativa ao programa **0750 – APOIO ADMINISTRATIVO (PPA 2008– 2011)**.

Identificação da Ação						
Código		2004				
Descrição		ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

NOTA: Reinscrição de restos a pagar relativa ao programa **0750 – APOIO ADMINISTRATIVO (PPA 2008– 2011)**.

5.2 Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

5.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro 7- Identificação da Unidade Orçamentária da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UG
Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ	30107	200124

5.2.2 Programação de Despesas

5.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro 8 - Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Valores em R\$ 1,00						
		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO				0	0		
	PLOA				0	0		
	LOA				0	0		
CRÉDITOS	Suplementares				0	0		
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
Créditos Cancelados		0	0	0	0			
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total								

Fonte: DIPLAN/CGA

NOTA- Informação não disponível na UJ, pois a mesma não é UO.

5.2.2.2 Programação de Despesas de Capital**Quadro 9- Programação de Despesas de Capital**

Origem dos Créditos Orçamentários		Valores em R\$ 1,00						
		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO				0	0	0	0
	PLOA				0	0	0	0
	LOA				0	0	0	0
CRÉDITOS	Suplementares				0	0	0	0
	Especiais	Abertos			0	0	0	0
		Reabertos			0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos			0	0	0	0
		Reabertos			0	0	0	0
Créditos Cancelados				0	0	0	0	
Outras Operações				0	0	0	0	
Total				0	0	0	0	

Fonte: DIPLAN/CGA

NOTA- Informação não disponível na UJ , pois mesma não é UO

5.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro 10 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Valores em R\$ 1,00						
		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLoa							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos		0		0	0	0
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total								

Fonte: DIPLAN/CGA

NOTA- Informação não disponível na UJ , pois mesma não é Unidade Orçamentária – UO.

5.2.3 Execução Orçamentária da Despesa

5.2.3.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

5.2.3.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro 11 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Modalidade de Contratação	Valores em R\$ 1,00			
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa				
h) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias				
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)				

Fonte: DIPLAN/CGA

NOTA- Informação não disponível na UJ, pois a mesma não é Unidade Orçamentária – UO.

5.2.3.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários**Quadro 12 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários**

Valores em R\$ 1,00								
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
14 - diárias								
30 - material de consumo								
33 - passagens e desp. com locomoção								
36 - serviços de terceiros								
37 - locação de mão de obra								
39 - outros serviços de terceiros								
47 - obrig. tribut. e contrib.								
92 - despesas de exercício anterior								
93 - indenizações e restituições								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
39 - outros serviços terceiros								
51 - obras e instalações								
52 - equip. e material permanente								
92 - despesas de exercícios anteriores								
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

NOTA- Informação não disponível na UJ, pois a mesma não é Unidade Orçamentária – UO.

5.2.3.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação**5.2.3.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Quadro 13 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.

em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	2.240.790,49	2.447.378,59	2.240.790,49	2.418.289,41
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	2.189.325,59	2.447.378,59	2.189.325,59	2.418.289,41
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	342.865,29	438.268,63	336.957,20	436.268,63
g) Dispensa	282.798,09	378.592,74	276.890,00	376.592,74
h) Inexigibilidade	60.067,20	59.675,89	60.067,20	59.675,89
3. Regime de Execução Especial	18.882,34	-	18.882,34	-
i) Suprimento de Fundos	18.882,34	15.000,00	18.882,34	15.000,00
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	765.038,39	505.191,30	765.038,39	505.191,30
j) Pagamento em Folha	40.101,38	2.934,77	40.101,38	2.934,77
k) Diárias	724.937,01	502.256,53	724.937,01	502.256,53
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	3.367.576,51	3.390.838,52	3.361.668,42	3.359.749,34

Fonte: NUOFI/18ª SRPRF

5.2.3.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.**Quadro 14 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação**

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
3 – Outras Despesas Correntes	4.180.003,21	4.382.274,27	3.275.145,35	3.429.415,51	902.857,86	952.858,36	3.269.237,26	3.398.326,33

08 – Outros benefícios assistenciais	10.544,14	52.017,75	10.544,14	52.017,75	0	0	10.544,14	52.017,75
14 - diárias	724.937,01	538.212,31	724.937,01	502.256,53	0,00	35.955,38	724.937,01	502.256,53
30 - material de consumo	857.381,16	894.424,74	515.274,52	448.932,46	342.106,64	445.492,28	515.274,52	427.090,13
33 - passagens e desp. com locomoção	128.518,61	86.601,48	94.113,77	67.829,76	34.404,84	18.771,72	94.113,77	67.829,76
36 – Outros Serviços - PF	21.987,41	30.000,00	17.947,00	22.500,00	4.040,41	7.500,00	17.947,00	22.500,00
37 – Locação/Mão de Obra	1.283.419,47	1.308.102,83	1.007.310,31	1.182.238,83	276.109,16	125.864,00	1.007.310,31	1.182.238,83
39 - outros serviços de terceiros	1.063.596,13	1.211.579,49	815.399,32	893.004,51	248.196,81	318.574,98	809.491,23	883.757,66
92 – Despesas exercícios anteriores	51.464,90	261.335,67	51.464,90	260.635,67	0	700,00	51.464,90	260.635,67
93 – Indenizações e restituições	38.154,38	0	38.154,38	0	0	0	38.154,38	0
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
– Investimentos	238.251,70	289.655,29	102.975,30	28.440,76	135.276,40	261.214,49	102.975,30	28.440,76
39 - outros serviços de terceiros								
52 - equip. e material permanente								
5 – Inversões Financeiras	0	0	0	0	0			
6 – Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SAF/18ª SRPRF

5.2.3.3 Análise Crítica

Os recursos orçamentários disponibilizados para a UJ não foram suficientes para o atendimento das necessidades administrativas, vez que não foi possível a reforma das unidades operacionais, para dar uma qualidade mínima de atendimento aos servidores e à sociedade. Não foi possível a reforma da sede da Superintendência Regional que se encontra com anexo interditado desde o final de 2010.

Houve necessidade de recebimento via Termo de Ajustamento de Conduta – TAC (efetuado pelo MPT-16ª Região) de vários bens e materiais de consumo e expediente para que tivéssemos uma capacidade mínima de restabelecimento da capacidade operacional na UJ.

Não foram disponibilizados recursos para a manutenção dos Postos PRF, isto apesar de já se estar com os projetos aprovados pela Divisão de Projetos de Infraestrutura – DIPROJ.

Devido ao contingenciamento de recursos, foi necessário reduzir postos de vigilância, além de entabular longas negociações com a contratada quando do seu pedido de repacutuação em razão de Acordo Coletivo de Trabalho.

A descentralização de recursos orçamentários para contratação de serviços terceirizados supriria a necessidade administrativa da regional além de proporcionar a liberação de policiais para atuarem na parte operacional, tendo em vista que grande parte do efetivo encontra-se atuando nas áreas burocráticas administrativas e reduziria e muito os custos de pessoal uma vez que o salário pago a um policial rodoviário federal, para atuar na área administrativa seria o suficiente para contratação de aproximadamente cinco terceirizados administrativos.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Reconhecimento de Passivos

6.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos na UG:200124/00001 no exercício de 2012.

6.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

6.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro II - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2012	---	31.089,22	---	---
2011	31.089,18	31.089,18	0	0
2010	0	0	0	0
2006	0,04	0,04	---	---
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2012	992.825,76	---	---	1.427.708,43
2011	1.214.073,25	55.546,07	723.644,51	434.882,67
2010	373.505,97	155.505,97	218.000,00	0

Fonte: NUOFI/18ª SRPRF

6.2.2 Análise Crítica

No exercício de 2012 não ficou nenhum valor inscrito em Restos a Pagar Processados de 2010 e o valor de R\$ 31.089,18, do exercício de 2011, foi cancelado.

Os saldos de Restos a Pagar não Processados de 2010 foram pagos em 2012 no montante de R\$ 218.000,00 e o valor de R\$ 155.505,97 foi cancelado. Todas as decisões foram tomadas de acordo com as regras definidas no Art. 35, combinado com o Art. 68 § 2º do Decreto nº 93.872/86. (Informações extraídas do SIAFI no Conrazão das contas 295110100 e 295110300, tendo como referência os meses de janeiro e dezembro de 2011 e 2012).

Os empenhos que permaneceram inscritos em restos a pagar não processados de 2011 estão sendo analisados pela Administração, para definição do que será executado, atendendo o prazo de vigência conforme previsto no Art. 68 § 2º do Decreto nº 93.872/86.

6.3 Transferências de Recursos:

6.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício:

Não existiram Instrumentos de Transferência vigentes no exercício 2012, assim como não houve qualquer celebração feita por este Departamento de Polícia Rodoviária Federal neste sentido.

6.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios:

Nenhum Instrumento de Transferência foi celebrado por este Departamento de Polícia Rodoviária federal nos últimos 03 (três) exercícios, assim como, nenhum valor foi repassado.

6.3.3 Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Permanecerão Vigentes no Exercício de 2013 e Seguintes:

Complementando o contido no item anterior, esclarecemos que nenhum Instrumento de Transferência permanecerá vigente no exercício 2013 e seguinte.

6.3.4 Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse:

Não houve execução na modalidade de Convênio, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse na UG: 200124/00001, durante o exercício de 2012.

6.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse:

Não houve qualquer execução na modalidade Convênios e Contratos de Repasse na UG: 200124/00001 durante o exercício de 2012.

6.4 Suprimento de Fundos

6.4.1 Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos

O subitem nº 6.4.1.2 (Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”) não se aplica a este Departamento de Polícia Rodoviária Federal, haja vista que o aludido mecanismo não é utilizado por esta Administração para a realização de despesas por meio de Suprimento de Fundos.

O subitem 5.4.1.5 (Prestações de Contas de Suprimento de Fundos) não se aplica a este Departamento de Polícia Rodoviária Federal, haja vista que não houve qualquer execução que provocasse a necessidade de prestação de contas.

Neste sentido, os demais subitens serão reenumerados.

6.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral.

No exercício de 2012 foi concedido Suprimento de Fundos para os chefes de Delegacias, Serviços Gerais e SAF, sendo que esta modalidade auxiliou e muito na solução de demandas não cobertas por contratos e e facilitou ao atendimento das unidades desconcentradas tendo em sido aplicadosua execução, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

6.4.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).

Quadro 16 - Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

EXERCÍCIO - 2012					
Código da UG 1	200124	Limite de Utilização da UG	R\$ 70.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Pedro Costa Berredo	04423623315			758,30	758,30
Jose Rubens Nascimento da Silva	05690021253			992,50	992,50
Ismael Pereira Gomes	14692392304			19,21	19,21
Jose Ribamar do Nascimento Costa	32946023320		860,00	716,58	1.576,58
Osmilton Oliveira Galdino	41312520310			4.265,23	4.265,23
Salatiel Assuncao Ribeiro	47899514304			3.223,62	3.223,62
Genilson Neves dos Santos	76360032368			2.801,49	2.801,49
Total Utilizado pela UG			860,00	12.776,93	13.636,93

6.4.1.3 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ.

Quadro 17 - Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e Por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	0	0	01	860,00		12.776,93	13.636,93
2011	0	0					
2010	0	0					

6.4.1.4 Análise Crítica.

Apesar da complexidade e rigor da legislação pertinente, e grande resistência dos Servidores Públicos em gerir recursos com esta destinação, houve execução de recursos através da sistemática de Suprimento de Fundos no exercício 2012, nesta UJ o que possibilitou um melhor atendimento às necessidades básicas e imediatas das unidades desconcentradas, melhorando a qualidade da gestão administrativa na unidade.

O lado negativo da aplicação dos recursos se deu em virtude de que alguns dos portadores, não realizaram a apresentação das contas/notas fiscais, dos serviços e materiais adquiridos, ao núcleo competente para que este realizasse a adequada classificação das despesas e conseqüente pagamento das faturas e esse contratempo ocasionou a inconsistência de apresentar o saldo na conta Restos a Pagar, devido ao Núcleo não conseguido efetuar os devidos lançamentos em tempo hábil, porém vale ressaltar que a aplicação desses ajudaram na administração descentralizada da unidade, os recursos não aplicados foram devidamente restituídos por seus portadores. Esperamos em 2013 corrigir os erros apresentados e melhorar a qualidade do atendimento às unidades descentralizadas.

6.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

Os itens relacionados abaixo não se aplicam à PRF, vejamos:

- 6.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ;
- 6.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida;
- 6.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física;
- 6.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica;
- 6.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária;
- 6.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas;
- 6.5.7 Comunicações à RFB;
- 6.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas;
- 6.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal;
- 6.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB.

Justificativa: A Polícia Rodoviária Federal exerce função arrecadadora, mas não possui competência para renunciar tributos.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

7.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 18 - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	335	263	38	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	335	263	38	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	335	263	38	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0			
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	335	263	38	1

Fonte:SRH/18ª SRPRF

7.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro 19 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0

3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	0
Fonte: DIREC/CGRH/DPRF/MJ – consulta em março de 2013.	

7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.

Quadro III - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	1	1	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	1	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	1		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	24	24	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	24	24		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	25	25	0	0

Fonte: SRH/18ª SRPRF

7.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro IV - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	27	65	76	41	29
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	27	65	76	41	29
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	11	13	1	0
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		1			
2.3. Funções Gratificadas	0	10	13	1	
3. Totais (1+2)	27	76	89	42	29

Fonte: SRH/18ª SRPRF

7.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.**Quadro VII - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de de Cargo Efetivo	0	0	1	1	117	119	0	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos										
1.2. Servidores de Carreira			1	1	117	119				
1.3. Servidores com Contratos Temporários										
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	8	18	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial										
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						1				
2.3. Funções Gratificadas					8	17				
3. Totais (1+2)	0	0	1	1	125	137	0	0	0	0

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SRH/18ª SRPRF

7.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.

Quadro VI - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anos Anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
Exercícios	2012	R\$ 24.164.658,13	R\$ 216.692,69			R\$ 547.973,00		R\$ 2.439,52	R\$ 7.063,32	24.938.826,66
	2011	R\$ 24.777.829,45	R\$ 179.583,19			R\$ 545.635,00			R\$ 7.063,32	25.510.110,96
	2010	R\$ 24.325.794,50	R\$ 178.579,60	R\$ 222.840,02		R\$ 171.245,00		R\$ 5.456,61	R\$ 7.063,32	24.910.979,05
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2012									

	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	R\$ 125.608,35					R\$ 1.119,00				126.727,35
	2011	R\$ 93.063,55					R\$ 2.469,00				95.532,55
	2010	R\$ 121.583,07					R\$ 604,00				122.187,07
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	R\$ 2.584.985,83		R\$ 46.396,50			R\$ 72.947,00				2.704.329,33
	2011	R\$ 2.483.095,21		R\$ 65.801,25			R\$ 68.384,00				2.617.280,46
	2010	R\$ 2.679.739,81		R\$ 64.507,00	R\$ 3.348,59		R\$ 23.809,00		R\$ 31,04		2.771.435,44

Fonte: SRH/18ª SRPRF

7.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.

7.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.

Quadro 24 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31 de dezembro 2012

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	6	0
1.1 Voluntária	6	
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional	0	0
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	6	0

Fonte: SRH 18ª – consulta em março de 2013.

7.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.

Quadro 25 - Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	25	1
1.1. Integral	18	1
1.2. Proporcional	7	
2. Em Atividade	53	
3. Total (1+2)	78	1

Fonte: SRH/18ª SRPRF

7.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

No âmbito Federal, o sistema SERPRO detecta e inibe a acumulação indevida de cargos.

7.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

Nos casos de acumulação indevida de cargos, o servidor é notificado para optar por um deles, dentro do prazo de 05 dias. Caso não exerça a opção dentro desse prazo ele é notificado de que será exonerado. Se nenhuma manifestação for recebida no prazo de 10 dias, a partir da segunda notificação, o servidor é exonerado.

7.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

7.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro 26 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria	6		6	
Concessão de pensão civil	1		1	
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	7	0	7	0

Fonte: SRH/18ª SRPRF

Quadro 27 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	01	01	01	01
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	01	01	01	01

Fonte: SRH/18ª SRPRF

7.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Quadro 28 – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	-	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Fonte: SRH/18ª SRPRF

7.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos**Quadro 29 - Atuação do OCI Sobre os Atos Submetidos a Registro.**

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	38	0	0	0
Concessão de aposentadoria	06	0	0	0
Concessão de pensão civil	01	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	45	0	0	0

Fonte: SRH 18ª – consulta em 2013.

7.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**a. Rotatividade (*turnover*)****Quadro 30 – Rotatividade**

ROTATIVIDADE DO EFETIVO - EXERCÍCIO 2012												
UNIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
18ª SRPRF-MA	233	230	230	229	229	229	229	228	227	255	254	249

Fonte: SRH/18ª SRPRF

Educação Continuada

Fonte: COEN/DPRF

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal não possui indicador de educação continuada, contudo foram estabelecidas diretrizes prioritárias administrativas para o exercício de 2013 e há previsão de desenvolvimento do Plano de Capacitação Anual, cujo objetivo será o desenvolvimento de competência profissional por meio do conhecimento e da aprendizagem contínua. Com profissionais competentes, a Polícia Rodoviária Federal poderá garantir que seus processos operacionais e de administrativos, sejam eficientes e eficazes para poder atender com qualidade as demandas da sociedade.

As ações de capacitação visam ainda contribuir para intensificar ações de garantia dos Direitos Humanos, fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito, fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo, com ênfase na prevenção, ampliar e aperfeiçoar o atendimento pré-hospitalar e o resgate emergencial e iniciar a implementação da perícia de acidentes e aprimorar o registro de ocorrências permitindo estudos estatísticos e desenvolvimento de estratégias operacionais de atuação, desta forma, fortalecendo a imagem institucional da PRF.

A Coordenação de Ensino busca também a democratização do ensino entre as diversas Unidades Desconcentradas, seja pela disponibilização de plataformas de ensino à distância, seja pela desconcentração de recursos orçamentários. Neste sentido, em 2012, fomentou a disponibilização de 6.699 vagas para capacitação de servidores das Regionais.

Embora a prioridade do exercício 2012 foi o atendimento à demanda relacionada à realização do Curso de Capacitação Profissional, proveniente da retomada judicial do Concurso de 2009, foram disponibilizadas aproximadamente 5.500 vagas para capacitação de servidores, nas diversas áreas, inclusive em cursos à distância, por plataforma própria e em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Também foi firmada parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), visando a promoção de capacitação de 1700 servidores no “Curso de Aperfeiçoamento em Técnicas para Fiscalização do Uso de álcool e outras Drogas no Trânsito Brasileiro”, dentro da iniciativa 03WY e com a Secretaria Extraordinária de Grandes eventos, com a capacitação de aproximadamente 400 servidores, envolvidos nos cursos na área de Inteligência, Controle de Distúrbios, Técnicas Policiais de Combate ao Crime e Formação de Motociclistas Batedores.

Cabe ressaltar que este ano foi atípico em função da retomada judicial do Concurso de 2009, o que fez com que todos os esforços na área de capacitação fossem no sentido de formar os novos policiais, acarretando em ajustes na programação anual de capacitação.

Aposentadorias versus Reposição do Quadro

Fonte: SRH 18ª

Quadro 31 - Aposentadorias versus Reposição do Quadro

EXERCÍCIO 2012	
Servidores aposentados	06
Servidores empossados	39
VACÂNCIAS - EXERCÍCIO 2012	

MOTIVOS	QUANTIDADE.
Aposentadorias	06
Decisão Judicial	0
Demissão - Art. 132, Lei 8112/90	0
Exoneração de Cargo Efetivo a Pedido/Art.34, Lei 8112/90	0
Falecimento em Atividade	0
Posse em Outro Cargo	0
Redistribuição/Art. 37, Lei 8.112/90	0
TOTAL	6

Fonte: SRH/18ª SRPRF

7.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

7.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.

Quadro 32 - Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
AGENTE ADMINISTRATIVO	17	17	17	----	17

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

Este Departamento tem adotado medidas com vistas ao cumprir o Acórdão TCU n. 1.520/2006-P, que trata do prorrogar dos prazos concedidos pelo TCU para a substituição de terceirizados na Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional por servidores concursados. Em atendimento aos dispositivos constantes do Termo de Ajustamento de Conduta em vigor, o DPRF tomou providências para realização de gestões no sentido de atender o contido no presente Acórdão de forma gradual. Houve tratativas no âmbito do MJ e SPOA, no intuito de realizar levantamentos acerca da demanda de terceirizados do Órgão, o que de pronto foi atendido por este Órgão. Em um primeiro momento, foram realizadas as devidas substituições por servidores concursados no âmbito do MJ, ou seja, quanto ao cumprimento do cronograma para substituição das terceirizações a gestão ficou centralizada no Ministério da Justiça, de sorte que ao DPRF coube somente subsidiar com os dados pertinentes à matéria.

No ano de 2005, foi promulgada a Lei nº 11.095 (alterada pela MP nº 431/2008), a qual criou o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, não fixando o número de cargos da respectiva carreira. O quadro de pessoal do Plano Especial de Cargos do DPRF – PEC DPRF conta atualmente com os servidores redistribuídos de diversos órgãos, ocupando também diversos cargos, a maioria deles, em extinção, conforme estabelecido na Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998. Conforme estabelecido na Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998, boa parte dos cargos do DPRF-PEDPRF, atualmente preenchidos, está em extinção. Cabe esclarecer que a substituição de prestadores de serviços/terceirizados está estabelecida pelo Termo de Conciliação Judicial entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério Público do Trabalho, homologado judicialmente em 11 de dezembro de 2007, segundo o qual a União deverá substituir todo o pessoal terceirizado por trabalhadores admitidos mediante concurso público, sendo este Departamento de Polícia Rodoviária Federal no processo nº 00832-2006-017-00-7 da 17ª Vara do Trabalho de Brasília/DF. A autorização para concurso para os cargos de técnico de nível médio do PEDPRF está plenamente alinhada às atividades no Anexo I do PPA: 8855 do programa 1453 (fortalecimento das instituições de segurança pública), 0073 (Enfrentamento e Repressão a Crimes Sexual contra Crianças e Adolescente), 2726 do programa 0662 (Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União), 2723 (Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais) do programa 0663 (Segurança Pública nas Rodovias Federais), demonstrando a necessidade de fortalecimento institucional e o alinhamento com o PPA.

Temos envidado esforços no sentido de prover a área meio, que já possui Plano Especial de Cargos do DPRF, instituído

pela Lei nº 11.784/2008, entretanto, tal normativo não estabeleceu o quantitativo de vagas necessárias para suprir as necessidades deste órgão. Foram enquadrados no referido plano os servidores oriundos de outros órgãos (por redistribuição ou remoção), que se encontravam em exercício neste Departamento. Vale ressaltar que o número de servidores enquadrados no Plano Especial de Cargos (aproximadamente 643 servidores) não é suficiente para atender à demanda das atividades da área-meio.

Fonte dos dados: DICAD/CGRH/DPRF/MJ. Análise Crítica: CGRH/DPRF.

7.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público.

Quadro 33 - Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizado

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página
-----	-----	-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Fonte dos dados					

7.2.3 Autorizações Expedidas Pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.

Quadro 34 - Autorizações Para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional Para Substituição de Terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----
Observação: Não se aplica à UJ			

Fonte: SRH/18ª SRPRF

7.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva Pela Unidade Jurisdicionada.

Quadro 35 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 18ª SRPRF													
UG/Gestão: 200124						CNPJ: 00.394.494/0119-28							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	06/2009	05902023/0001-05	24/07/2009	25/10/2012	27	27	1	1			E
2010	V	O	04/2010	06019070/0001-78	04/03/2010	03/03/2013			28	28			P
2012	L	O	11/2012	09529151/0001-06	26/11/2012	25/11/2013	24	24					A

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SAF/18ª SRPRF

7.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.

Quadro 36 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: 18ª SRPRF													
UG/Gestão: 200124						CNPJ: 00.394.494/0119-28							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	06/2009	05902023/0001-05	24/07/2009	25/10/2012	27	27	1	1			E
2010	3	O	04/2010	06019070/0001-78	04/03/2010	03/03/2013			28	28			P

2012	6	O	11/2012	09529151/0001-06	26/11/2012	25/11/2013	01	01											A
2012	1	O	11/2012	09529151/0001-06	26/11/2012	25/11/2013	23	23											A
2009	14	O	08/2009	11794559/0001-57	11/12/2009	10/12/2012			17	17									E
2009	6	O	06/2009	05902023/0001-05	24/07/2009	25/10/2012	01	01											E
2009	7	O	06/2009	05902023/0001-05	04/03/2010	03/03/2013			01	01									E
<u>LEGENDA</u>																			
Área:										Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
1. Conservação e Limpeza;										8. Reprografia;									
2. Segurança;										9. Telecomunicações;									
3. Vigilância;										10. Manutenção de bens móveis									
4. Transportes;										11. Manutenção de bens imóveis									
5. Informática;										12. Brigadistas									
6. Copeiragem;										13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes									
7. Recepção;										14. Outras									

Fonte: SAF/18ª SRPRF

7.2.6 Composição do Quadro de Estagiários.

Quadro 37 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)					
Fonte:					

Fonte: SRH/18ª SRPRF

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

8.1.1 - Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A legislação que regula o uso de veículos oficiais do DPRF, são as seguintes:

- Instrução de Serviço nº 01, de 10 de dezembro de 2008, da Coordenação Geral de Administração – DPRF. Estabelece as diretrizes relativas à gestão da frota dos veículos no âmbito da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
- Instrução Normativa nº 07, de 08 de dezembro de 2011, da Direção-Geral - DPRF. Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.
- Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A missão da Polícia Rodoviária Federal é fiscalizar diariamente as rodovias e estradas federais, zelando pela vida daqueles que utilizam a malha viária federal para exercer o direito constitucional da livre locomoção. As atribuições legais são definidas, principalmente, pelo Código de Trânsito Brasileiro (fiscalização de trânsito) e pelo Decreto 1.655/95 (enfrentamento a criminalidade).

Para o cumprimento de sua missão constitucional de patrulhamento ostensivo dos quase 4.000 km de rodovias e estradas federais, a 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal contou com um efetivo de 229 policiais, alocados em funções gerenciais, administrativas e operacionais, em sua unidade central (Superintendência) e em unidades regionais e locais (Delegacias e Postos).

Portanto, a viatura mostra-se como uma das principais ferramentas de trabalho do Policial Rodoviário Federal. Dada sua importância, natural que seja grande o seu impacto em toda a estrutura do DPRF, tanto do ponto de vista orçamentário, como gerencial. Isso para que esteja disponível uma frota de veículos bem conservados, com manutenção adequada, que ofereça segurança aos seus usuários. As viaturas a disposição da 18ª SRPRF/MA, realizam operações em âmbito nacional, assim como apoio a missões regionais.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Quadro 38 – Frota 18ª SRPRF

Frota 18ª SRPRF por Grupo			
Administrativo	Operacional caracterizado	Operacional descaracterizado	Motocicleta caracterizada
14	48	03	12
DPRF TOTAL		77	

Fonte: NUSEG/18ª SRPRF

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Quadro 39 – Média Anual de Quilômetros Rodados

Frota Sede DPRF por grupo			
Administrativo	Operacional caracterizado	Operacional descaracterizado	Motocicleta caracterizada
14278	21802	16703	497

Fonte: NUSEG/18ª SRPRF

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Quadro 40 – Idade da Frota Por Grupo

Idade da Frota 18ª SRPRF por grupo			
Administrativo	Operacional caracterizado	Operacional descaracterizado	Motocicleta caracterizada
7 anos	5 anos	5 anos	8 anos

Fonte: NUSEG/18ª SRPRF

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Quadro 41 – Custos com a Frota

Custos associados a manutenção	
Manutenção (preventiva e corretiva)	R\$ 206.644,40
Combustíveis	R\$ 408.793,25
Taxas (Licenciamento, Seguro Obrigatório etc.)	R\$ 12.092,60

Fonte: NUSEG/18ª SRPRF

g) Plano de substituição da frota;

O plano de substituição da frota dá-se de forma centralizada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ, através de sistema de informatizado de dados que, atualmente, é gerenciado pelo Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, ferramenta denominada Módulo Transporte.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A Divisão de Patrimônio e Material (DIPAM), em conjunto com os gestores nacionais de frota, lançou o compêndio “Consolidação de Critérios Técnicos”, que versa sobre aquisição e distribuição de

materiais e contratação de serviços, onde é definida uma vida útil de até 4 (quatro) anos para as viaturas operacionais, devendo haver novo suprimento ao fim desse prazo.

O fator depreciação dos veículos policiais impõe à Administração a necessidade de substituição mínima contínua da frota a cada período anual, sob risco de que sejam incrementados os dispêndios com o sistema de manutenção corretiva, ocasionando mais ônus ao erário. Assim a aquisição de veículos próprios tem se mostrado mais vantajoso para a Administração.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Como instrumentos de controle os gestores da frota do DPRF/MJ, contam hoje com o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, que entre suas funcionalidades está o módulo Transportes, de onde se realiza toda a gestão/controle da frota de veículos. Registre-se ainda, o Sistema da empresa Ticket Car, que realiza o gerenciamento das operações de consumo de combustíveis, e o Sistema da Empresa Eco Frotas, que realiza o gerenciamento das manutenções corretivas e preventivas.

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

O Quadro 42 a seguir, denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2012 e 2011, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro 42 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF - MARANHÃO	22	22
	São Luis	2	2
	Peritoró	1	1
	Bacabal	1	1
	Balsas	1	1
	Barão de Grajau	1	1
	Caxias	2	2
	Chapadinha	1	1

	Imperatriz	2	2
	Porto Franco	1	1
	Santa Luzia	1	1
	Presidente Dutra	1	1
	Santa Rita	1	1
	Vargem Grande	1	1
	Vitoria do Mearim	1	1
	Santa Inês	3	3
	Buriticupu	1	1
	Açailândia	1	1
	Subtotal UJ	22	22

Fonte: NUPAT/18ª SRPRF

8.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

O Quadro 43 a seguir, denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela UJ no final dos exercícios de 2012 e 2011, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro 43 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	MARANHÃO	1	2
	BALSAS	1	1
	IMPERATRIZ		1
Subtotal Brasil		1	2

Fonte: NUPAT/18ª SRPRF

8.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

O Quadro 44 a seguir, denominado **Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ**, está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse quadro devem ser relacionados todos os imóveis que, no final do exercício de referência do relatório, estavam sob a responsabilidade da UJ apresentadora do relatório de gestão e de UJ a ela consolidada.

Quadro 44- Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
MA	0210.00001.500-8		BOM			9.916,16		
	0723.00015.500-8		BOM			66.766,70		
	0727.00010.500-3		REGULAR			500.000,00		
	0729.00007.500-3		RUIM			100.339,44		
	0757.00024.500-1		BOM			66.817,92		
	0757.00039.500-3		REGULAR			87.918,39		
	0761.00005.500-6		RUIM			78.859,80		
	0803.00039.500-0		BOM			75.895,71		
	0803.00040.500-6		RUIM			78.773,24		
	0803.00072.500-0		RUIM			67.340,00		
	0877.00003.500-8		REGULAR			78.773,99		
	0879.00006.500-0		RUIM			46.522,52		
	0897.00003.500-2		RUIM			34.590,96		
	0901.00002.500-9		RUIM			75.012,02		
	0921.00630.500-8		BOM			297.267,36		
	0921.00639.500-7		RUIM			902.000,00		
	0947.00003.500-2		RUIM			52.476,26		
	0951.00006.500-7		RUIM			81.456,72		
	0957.00014.500-0		REGULAR			81.941,48		
	0957.00015.500-5		REGULAR			71.051,72		
0957.00028.500-6		REGULAR			600.000,00			

	0961.00026.500-3		REGULAR			32.012,10		
							-	-
Total							-	-
Fonte: NUPAT/MA								

8.3 Análise Crítica

O imóvel descrito no Quadro A.7.2. - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros se refere à Sede da 5ª Delegacia em Balsas-MA.

Apesar da não realização de despesas no que se refere à execução de obras e reformas nas Unidades sob responsabilidade da UG 200124, os projetos de reforma e ampliação de oito unidades operacionais já estão contratados desde o ano de 2009, estando no aguardo da descentralização dos recursos necessários à contratação e execução dos serviços..

Encontra-se ainda na fase elaboração de projeto básico com levantamento de custos para a contratação de empresa para prestação de serviços continuados de manutenção predial, abrangendo as instalações elétricas (inclusive subestações transformadoras, grupos geradores de emergência, redes elétricas estabilizadas, equipamentos estabilizadores e no break); as instalações hidrossanitárias e pluviais; as instalações e equipamentos de combate a incêndio; e as instalações civis da Sede, Delegacias e Postos da 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 45 - Gestão Da Tecnologia da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.

<input checked="" type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input checked="" type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.

	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
X	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

Fonte: NUTEL/18ª SRPRF

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 46- Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			X		
<p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p> <p>RESPOSTA: A DICON revisa e encaminha frequentemente a todas as Unidades do DPRF um manual denominado "PASSOS PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA-TR / PROJETO BÁSICO-PB", que orienta a confecção desses documentos. No que tange aos critérios de sustentabilidade, é expedida a seguinte orientação:</p> <p>"14 – IMPACTO AMBIENTAL:</p> <p>COMENTÁRIO: Para a elaboração do projeto básico e termo de referência faz-se necessária a discriminação do impacto que o projeto causará no meio ambiente e estabelecer critérios de sustentabilidade.</p> <p>OBS.: A INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.</p> <p>Ex.:</p> <p>14.1 Sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de serviços pela Administração Pública Federal, conforme Art. 6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, a Contratante exigirá que a empresa Contratada adote as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:</p> <p>I – Adotar medidas para evitar o desperdício de energia e água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;</p> <p>II – Dar a destinação correta a baterias, óleos e filtros descartados no processo de manutenção, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;</p> <p>III – Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;</p> <p>IV – Separar resíduos como papéis, plásticos, metais, vidros e orgânicos para empresas de coleta apropriadas, respeitando as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;</p> <p>V - Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral, quando descartados;</p> <p>VI - Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Esta obrigação atende a Resolução CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999.</p> <p>VII - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;</p> <p>VIII – Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;</p> <p>IX – Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;</p> <p>X – Capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;</p> <p>XI - Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros); e</p> <p>XII – Promover a reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.</p>					

14.2 A comprovação do disposto acima poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos. A Contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências.”				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X			
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? RESPOSTA: Houve redução significativa no consumo de água, conforme se verifica no Quadro A.9.2 deste Relatório de Gestão. O incremento no consumo de energia se deve a uma série de ações que melhoraram as condições de trabalho dos Edifício do DPRF, como, por exemplo, melhoria da iluminação dos edifícios, decorrente do início da vigência do contrato de manutenção predial e a instalação de aparelhos de ar condicionado.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel Toalha; Papel tamanho A4.				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.				X
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? RESPOSTA: O edital prevê o fornecimento de veículos Flex.				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				X
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? RESPOSTA: Sempre que possível utiliza-se o refil ex.: Garrafas de água, extintores.				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.		X		
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				

13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				X
<p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>	Em 2012 houve uma campanha de conscientização de descarte de resíduos sólidos e sobre a importância da reciclagem do lixo. Foram espalhados pelo DPRF cartazes e lixeiras destinadas ao lixo reciclável.			
<p>Considerações Gerais: As respostas para os itens 1 a 9 foram apresentadas pela SAF/MA com dados fornecidos pela DICON/CGA, observado o contexto do DPRF que adotou a política de aquisição de materiais e serviços comuns, através das UCCs(Unidades Centralizadoras de Compras), onde determinada regional faz a aquisição de material e serviços para todo o DPRF, sendo os procedimentos acima orientados e adotados pela UCC. A resposta para o item 10 foi apresentada pelo SAF/18ª SRPRF vez que esta é responsável pela prévia análise dos projetos básicos e Termos de Referência na Regional, e em suas dúvidas são solicitados apoio á DICON/CGA, observado o contexto do DPRF. As respostas para os itens 11 a 13 foram apresentadas pela NUSEG/CGA, observado o contexto do regional.</p>				
LEGENDA				
Níveis de Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

10.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 47 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	366 resmas	318 resmas		R\$ 3.294,00	R\$ 2.862,00	R\$
Água	2.589 m ³	5.776 m ³	3.868 m ³	R\$ 16.131,00	R\$ 28.518,95	R\$16.045,92
Energia Elétrica	259.743 KWh	443.255 KWh	533.644 KWh	R\$ 216.806,92	R\$ 285.530,05	R\$ 260.686,22

			Total	R\$ 246.016,42	R\$ 306.015,83	R\$ 276.732,14
Fonte: NUPAT/NUSEG Observação: neste primeiro momento não foi possível levantar o quantitativo físico/financ de papel consumido em 2010.						

11. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**11.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício****11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício****Quadro 48 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 036.795/2011-9	7476/2012	1.9	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Descrição da Deliberação					
<p>...</p> <p>1.9. determinar à 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Maranhão que ultime, se ainda não o fez, os procedimentos para reaver dos servidores responsáveis os valores das multas pagas pela regional conforme constatação da Controladoria Geral da União em seu relatório das contas do exercício 2010.</p> <p>...</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
18ª SRPRF/MA					36081
Síntese da Providência Adotada					
A área competente desta 18ª SRPRF/MA identificou os condutores responsáveis pelas multas pagas e o Gestor determinou a emissão de GRUs para o ressarcimento. Atualmente se aguarda o adimplemento das obrigações.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Deliberação atendida por meio da identificação dos condutores responsáveis pelas multas e emissão das GRUs para o ressarcimento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A identificação dos condutores responsáveis decorreu do correto registro de informações que possibilitou o controle dos deslocamentos das viaturas e do empenho da Seção Administrativa e Financeira – SAF na resolução do problema.					

Fonte: GAB/18ª SRPRF

11.1.2 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**Quadro 49- Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
18ª SRPRF/MA	36081
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201109081	029	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
18ª SRPRF/MA			36081
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Instituir rotinas administrativas para verificar periódica e sistematicamente as condições de uso e manutenção dos imóveis de uso especial de responsabilidade da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
18ª SRPRF/MA			36081
Síntese da Providência Adotada			
Visando a dar maior dinamicidade à questão da administração de imóveis da UJ foi publicada Portaria nomeando o Agente de Infraestrutura Predial – AIP e seu substituto. Ressalte-se que esta função (AIP) foi criada pela Diretora Geral também por meio de Portaria que definiu as atribuições que lhe foram cominadas (ao AIP). O DPRF não disponibilizou os recursos para a manutenção dos Postos PRF no exercício. A UJ está com projetos de manutenção aprovados pela Divisão de Projetos de Infraestrutura – DIPROJ. Aguarda-se a liberação dos recursos para que se possa licitar a execução das obras.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não foram obtidos resultados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A falta do repasse de recursos financeiros por parte do DPRF, bem como a falta de recursos humanos que atuem nesta área dificultou a adoção de providências.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
18ª SRPRF/MA			36081
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201109081	030	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
18ª SRPRF/MA			36081
Descrição da Recomendação			
Realize um efetivo acompanhamento dos empenhos realizados no decorrer do ano, e verifique se as inscrições de Restos a Pagar no encerramento do exercício financeiro se enquadram em pelo menos uma das hipóteses previstas no art. 35 do Decreto nº 93.872/1986.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
18ª SRPRF/MA			36081
Síntese da Providência Adotada			
Foi adotada a medida de cancelamento de empenhos com mais de dois anos. Serão inscritos em Restos a Pagar os empenhos que já estiverem em fase de recebimento ou outras e aqueles em que o fornecedor for efetuar a entrega e ainda haja o interesse da administração.			

Síntese dos Resultados Obtidos
As recomendações foram acatadas e implementadas.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
18ª SRPRF/MA			36081
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201109081	31	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
18ª SRPRF/MA			36081
Descrição da Recomendação			
Promover a atualização periódica no SPIUnet dos valores de avaliação dos imóveis sob a responsabilidade da Unidade, em observância às Macrofunções 02.11.07 e 02.03.30 do SIAFI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
18ª SRPRF/MA			36081
Síntese da Providência Adotada			
A questão de atualização de valores de imóveis (avaliação) foi solicitada à Gerência Regional de Patrimônio da União – GRPU, Regional do Maranhão, a qual informou não ter condições de operacionalizar o atendimento da demanda. Foi solicitada à 15ª Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes Terrestres – DNIT informação referente aos limites das áreas de cada Posto PRF, como subsídio ao trabalho da GRPU. Esta informação ainda não foi disponibilizada para a UJ. Foi publicada a Portaria nº 35/2012 designando membros para a avaliação e atualização dos imóveis.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não foram obtidos resultados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Falta de pessoal qualificado para efetuar a avaliação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
18ª SRPRF/MA			36081
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201109081	44	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
18ª SRPRF/MA		36081
Descrição da Recomendação		
Promover a separação de resíduos recicláveis e sua destinação adequada, em observância ao Decreto Federal nº 5.940/2006.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
18ª SRPRF/MA		36081
Síntese da Providência Adotada		
Os recipientes para a coleta diferenciada do lixo foram adquiridos e se está procedendo a sua separação. Porém a coleta é realizada pelo Município e a destinação do lixo foge a esta UJ.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
As recomendações foram acatadas e implementadas.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Não há.		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
18ª SRPRF/MA			36081
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201109081		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			704
Descrição da Recomendação			
Quando da realização de dispensa com base no permissivo do inc. IV, do art. 24, da Lei nº 8.666/1993, instrua todos os processos com a manifestação do setor jurídico.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
18ª SRPRF/MA			36081
Síntese da Providência Adotada			
Durante o exercício todos os processos que visavam a contratações, repactuações, prorrogações de vigência de contratos, pregões eletrônicos etc foram remetidos para análise de AGU e retornaram com os respectivos Pareceres. Tudo previamente à prática dos respectivos atos (contratações, prorrogações etc).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As recomendações foram acatadas e implementadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa			Código SIORG
18ª SRPRF/MA			36081
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201109081		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
18ª SRPRF/MA			36081
Descrição da Recomendação			
Após conceder prazo e, com isso, oportunizar o contraditório antes da rescisão contratual, avalie o conteúdo das justificativas apresentadas pela contratada, e instrua o processo com as análises feitas (sejam elas questões de fato ou se direito) antes de concluir pela sua procedência ou improcedência da rescisão.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
18ª SRPRF/MA			36081
Síntese da Providência Adotada			
Nos procedimentos de apuração de responsabilidade para possível aplicação de penalidades, foram oportunizadas a ampla defesa e o contraditório. Pode-se citar como exemplo o caso da O S Souza Transportes (Caely Blue) em que foi autuado processo específico para apuração de responsabilidade, distinto do de contratação, e lhe foi fornecida cópia integral do mesmo bem como franqueada vistas aos autos. As alegações de defesa foram analisadas ponto a ponto a fim de subsidiar a decisão do Gestor. Ressalte-se que não há rito processual específico, tendo sido aplicadas disposições da Lei 8.666/93, da Lei 9.784/99 bem como do CPC.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhoria dos procedimentos administrativos e maior eficiência e eficácia nos processos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O envolvimento da SAF viabilizou a implementação de novos procedimentos licitatórios.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As recomendações foram acatadas e implementadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há.			

Fonte: GAB/18ª SRPRF


11.1.3 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não existem recomendações pendentes e as recomendações dos exercícios anteriores não estão pendentes de atendimento, tendo sido atendidas em exercícios anteriores ao de 2012.

11.2 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro 50-Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG/SICONV

Quadro A.10.6 – declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO
<p>Eu, <u>(José Ribamar do Nascimento Costa)</u>, CPF nº 32946023320, <u>(Chefe Seção Administrativa e Financeira)</u>, exercido na <u>(18ª SRPRF/MA)</u> declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p>
<p>São Luís-MA, 30 de Março de 2013.</p>
<p> <u>José Ribamar do Nascimento Costa</u> CPF- 329460233-20 Chefe Seção Administrativa e Financeira/18ª SRPRF MA</p>

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
18ª SUPERINTEND. DE POLÍCIA RODOVIA FERAL	200124
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p style="margin-left: 40px;">a) 102- SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/ RMB; b) 106- FALTA/ EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DE ATIVO IMOBILIZADO.; c) 115- FALTA DE REAV. / REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES; d) 465- FALTA COMPROVAÇÃO E PREST. CONTAS SUPR. FUNDOS; e) 951- FALTA/ RESTRIÇÃO CONFORMIDADE REGISTROS GESTÃO</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local	Brasília/DF
Data	25 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	JOSE CARLOS GOMES
CRC nº	DF - 9.261/O-7


 José Carlos Gomes
 COORDENADOR DE CONTABILIDADE/MJ
 Coordenador